

EDISON BARIANI JUNIOR

A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias

(Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras (Araraquara) da Universidade Estadual Paulista, sob orientação do Professor Doutor José Antonio Segatto.

Universidade Estadual Paulista
Araraquara - 2003

RESUMO

Marco das ciências sociais – e da sociologia em particular – a contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, iniciado nos anos 50, balizou os termos do debate intelectual no Brasil e seus posteriores rumos, suas considerações influenciaram sobremaneira o ordenamento da construção intelectual no que diz respeito ao modo de produzir a ciência, seus sustentáculos, alocação de recursos, prioridades e relevâncias, padrões e mesmo formas de intervenção político-social possíveis e/ou necessárias para uma instrumentalização do conhecimento com vistas à modernização do país. Mais que uma querela, o debate compreende um enfrentamento entre diferentes concepções do papel da ciência e dos cientistas e, no limite, projetos para o país.

PALAVRAS-CHAVE

Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, sociologia no Brasil, intelectuais, debate, *intelligentsia*.

SUMÁRIO

Introdução.....	4
I. Trincheiras distintas.....	7
II. Arqueologia da contenda.....	19
III. Novos embates.....	26
IV. Outros contendores.....	37
V. Florestan Fernandes: do padrão científico à sociologia engajada.....	55
VI. Guerreiro Ramos: salvação e crítica da razão.....	73
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	94

Introdução

“Sem ser protagonista no processo social
não se pode ser integralmente um cientista social”

Guerreiro Ramos

Os cientistas sociais brasileiros – curiosamente - pouco se envolveram intensa e publicamente em polêmicas e discussões, por vezes, assumiram debates cuja origem, argumentos e temas remontavam à Europa (ou aos EUA), tomaram posições nesses debates, mas pouco conspiraram-se com os problemas do Brasil. Não que as questões candentes na Europa não contivessem uma carga de importância, longe disso, só que no diz respeito aos problemas brasileiros parece haver prevalecido uma certa recusa em assumir posições públicas - tanto política quanto cientificamente -, um certo espírito de isenção e relutância em explicitar as divergências e pôr-se em posição de receber críticas, uma certa ‘ética’ do distanciamento - segundo a qual não seria recomendável arriscar-se expor seus ideais ‘privados’, nem questionar abertamente os de outro. Tal etiqueta, quando desobedecida, algumas vezes deu lugar a ataques gratuitos e mesquinhos, próprios de quem vê ferido seu espaço intelectual ‘privado’¹.

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é um marco das ciências sociais no Brasil, foi um momento no qual dois sociólogos de peso expuseram suas idéias e

¹ Não obstante a ênfase na permanência de características demasiado generalizadoras quanto às condutas sociais, DA MATTA (1990, 149) assinala a aversão dos brasileiros às crises e ao conflito, pois “sabemos que o conflito aberto e marcado pela representatividade de opiniões é, sem dúvida alguma, um traço revelador de um igualitarismo individualista que, entre nós, quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade”.

ideais, trataram do assunto com grande acuidade e evitaram durante o debate lançar argumentos de sentido moral ou acusatório - embora Guerreiro Ramos seja mordaz em algumas colocações. Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *schollars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual - teórica, política e ideológica -, de conceber a sociologia e o papel do sociólogo, diferentes interpretações da sociedade brasileira, 'visões de mundo', projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.

Ambos autores possuem uma produção teórica ampla - embora a obra de Florestan Fernandes seja mais vasta - e para abordá-las (e compará-las) cumpre identificar temas e argumentações que - com respeito às distinções objetivadas - perpassem significativamente as diferentes obras e acusem as prováveis variações de leme na trajetória dos autores, por mais sutis que por vezes pareçam; dentre outras possibilidades, elegemos questões como: a da recepção e assimilação das idéias 'estrangeiras' no Brasil, a concepção de ciência e sociologia como formas privilegiadas de saber na modernidade, o papel da sociologia (e dos sociólogos) na construção e rumos do país, a institucionalização do saber, o caráter e função da universidade brasileira, as formas e prioridades de investimento dos recursos em pesquisas, o ensino da sociologia como disciplina escolar e outras questões 'menores', cuja menção seria despropositada. Obviamente, todas estas questões estão permeadas por outras cujos de relativo acento nos aspectos social, econômico e político derivadas do indissociável contexto.

Arrolamos ainda elaborações de outros sociólogos - como Emílio Willems, Luis Costa Pinto, Roger Bastide - que, como interlocutores dos autores (Florestan Fernandes e

Guerreiro Ramos), contribuíram para o debate intelectual – mormente nas décadas de 40 e 50 – sobre a sociologia no Brasil.

No intuito de situar o pensamento dos autores o período da história brasileira compreendido entre 1930 – 1983 é considerado - sem que nos detenhamos necessariamente nele e com privilégio do interregno 1950-1964 -, período no qual não só a produção intelectual e a atuação política dos autores é intensa mas também por ser um momento crucial da história da sociedade brasileira, quando houve profundas mudanças em sua densidade e configuração social, consolidou-se um outro setor da classe burguesa dominante como dirigente, as classes subalternas irromperam no cenário político como novos sujeitos e, no plano intelectual, foram criadas as primeiras universidades e desencadeado o processo de institucionalização da sociologia brasileira, organizou-se um padrão e uma regularidade de produção científica e buscou-se interpretar a sociedade brasileira conforme novos moldes e exigências - na sua maioria insistindo na diferenciação/distanciamento com o pensamento social anterior.

Tal período marca a consolidação do capitalismo e da sociologia no Brasil, o que não indica uma coincidência mas a determinação – por parte do modo de produção – de um novo saber socialmente adequado às suas demandas econômicas, técnicas e até profissionais, bem como uma atualização de mentalidade no sentido de ajustar o saber às formas de racionalização e parâmetros de interpretação legítimos dentro da formação social e seus condicionantes ideológicos. Obviamente, esse contexto esboçado não pretende um completo cerceamento das circunstâncias sociais de inserção da problemática, já que relega – embora não desconheça - os condicionantes mais amplos de historicidade e sua força de permanência. Esta lacuna cremos estar amenizada pela significação do período (1930-1983), além disso, neste caso, a amplitude *por si* talvez não seja uma virtude, pois se as

idéias têm necessariamente um enraizamento histórico-social, a profundidade e formas de expansão destas raízes certamente escapam à nossa completa percepção, vez que se confundem com a própria história humana e todos os seus aspectos.

I. Trincheiras distintas

A polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos teve início a partir do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual Guerreiro Ramos - presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais - apresentou as seguintes propostas:

1ª - As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª - A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª - No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª - No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de

investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª - O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª - É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª - Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957b, 77-8).

As recomendações foram rejeitadas no congresso - a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9 - mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas logo se fizeram sentir, embora às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados

no *Diário de Notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns - dentre eles Nelson Werneck Sodré - seu futuro colega no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Não obstante, por que algumas recomendações apreciadas em um congresso - e derrotadas em votação! - repercutiram tanto? Basicamente porque não eram simples menções e sim um 'projeto', um modo de encarar a sociologia e o país.

O autor iniciava sua proposta criticando a "transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos" e o uso (e abuso) do arsenal teórico - máxime conceitual - elaborado nos países dominantes. A sociologia brasileira - segundo GR - ao fazer uso indiscriminado daquele, tornar-se-ia uma "sociologia consular" ("visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos") e "enlatada" ("visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural") (RAMOS, 1957b, 78 e 80, respect.).

A "realidade nacional" - termo caro a GR e à geração imediatamente anterior - seria irreduzível em sua especificidade², produto do desenvolvimento histórico-social determinado que engendraria seus próprios problemas e, logo, demandaria um instrumental teórico apropriado para analisá-la. Mesmo considerando que "a sociologia, como ciência, seja uma só" (RAMOS, 1957b, 82), haveria que proceder a uma assimilação crítica das produções teóricas vindas dos países desenvolvidos, sob pena de não fazer "uso sociológico

² Aqui se revelam as influências não só do que o autor considerava a "corrente crítica" do pensamento social no Brasil - Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna etc. (acrescentará mais tarde João Ribeiro) - mas também as de uma sociologia que afirmava a especificidade de cada formação social, seu caráter histórico e conformação própria, p. ex. GURVITCH (1953) e FREYER (1944).

da sociologia” (*ibidem*, 90) e recair na alienação³. Tal assunto seria tratado mais cuidadosamente em *A redução sociológica*, obra mestra do autor, editada em 1958.

No que se refere ao futuro da sociologia como ciência, preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil, seria mister: adequar as pesquisas às “disponibilidades da renda nacional” (item 3 da proposta), aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural “genérico” da população (item 7). Sob a vigência do subdesenvolvimento, haveria que coadunar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, tendo como parâmetros a disposição cultural e as prioridades de investigação. Primaz seria então a “formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais” (item 4), que contribuiriam decisivamente para promover o conhecimento da estrutura social, capacitando a implementação de políticas de caráter planificador, que melhor nos conduziriam à industrialização e ao desenvolvimento, pois estaria “a melhoria das condições de vida das populações ... condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais” (item 5) (*idem*, 1957b, 78).

Dada a prioridade, há um evidente repúdio aos estudos “sobre minudências da vida social” (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia americana e seus estudos de caso, que focalizariam pequenos grupos e comunidades - um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético - como as elaboradas por Alberto Torres,

³ Segundo definiu posteriormente em *O problema nacional do Brasil*, a *alienação* seria o antônimo de autodeterminação, fenômeno pelo qual a sociedade é “induzida a ver-se conforme uma ótica que não lhe é própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é o sujeito” (RAMOS, 1960, 93).

Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. -, seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira - tais como *Geografia da fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (*ibidem*, 106-7)⁴. Ademais, essas pesquisas sobre “minudências” implicitamente contribuiriam para a persistência de “estilos de comportamento de caráter pré-letrado”, fazendo apologia do isolamento e da ignorância em vez de propiciar o conhecimento dos mecanismos de integração de populações marginalizadas na sociedade brasileira (índios, afro-americanos); seriam perniciosas não só por gastarem improdutivamente os raros recursos que poderiam ser destinados à pesquisa comprometida com a nação, mas por - “direta ou indiretamente” - localizar a questão dessas populações como problemas, desvios, resíduos. Daí também o receio - da parte de GR - quanto à sociologia sobre o negro no Brasil, na qual se postularia ‘o problema do negro’ - como se o negro ‘fosse’ o próprio problema - e não o racismo, cuja origem emanaria da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”, este sim portador de um comportamento anormal (*ibidem*, 171-93).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução ‘geral’ da população (ensino secundário) também foi assunto premente naquele II Congresso Latino-Americano de Sociologia⁵, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como algo uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade - Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros se ocuparam desses debates. Sob o

⁴ Na Europa, a bandeira da defesa da elaboração de obras gerais, de síntese, já havia sido levantada pelo filósofo/historiador alemão Oswald Spengler, preocupado então com o predomínio das monografias na historiografia européia do começo do séc. XX. Ver FEBVRE (1992, 133)

⁵ Tal questão, embora não esteja contemplada nos principais textos dos autores quando do início da polêmica - as teses de GR e o artigo “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” de FF -, nem seja considerada pelos comentadores, consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia e está inextricavelmente ligada às outras questões.

ponto de vista de Guerreiro Ramos o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover certa emancipação em relação ao colonialismo cultural, seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo; a sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953).

Por seu turno Florestan Fernandes - em 1958 - fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil*, o capítulo V desta obra - já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*⁶ - intitulase “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, nele, o autor critica alguns pontos da comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953. As observações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro, “entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977, 67)⁷.

O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan censura a “falácia” que seria:

... considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas

⁶ Mais tarde o autor voltaria a publicá-lo novamente, desta feita em *A sociologia no Brasil* (1977). Todos os trechos aqui citados foram extraídos desta edição.

⁷ Embora critique os pontos aos quais é contrário, FF não explicita com os quais concorda integral ou parcialmente.

com o sistema de normas e de valores do saber científico (*ibidem*, 68).

O cientista – para ele - só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, correria o risco de produzir uma “pseudociência”. Logo, a recomendação de GR sobre evitar os estudos de “minudências” seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades pois, somente a partir destas - dentro do rigor científico - poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar “todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica, nos últimos setenta e cinco anos” (*ibidem*, 69). Além disso, o uso de recursos em pesquisas de “detalhes” sociais não se faria em detrimento da aplicação em “bens de produção”, ao contrário, tais estudos serviriam à melhor utilização de fatores de produção já que “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude” (*ibidem*, 70).

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos “critérios de explicação científica na sociologia”, as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo “nível cultural genérico das populações” (GR), em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

- 1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências

extracientíficas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social (*ibidem*, 70).

No que se refere à questão da implantação do ensino regular de sociologia na escola, FF - em comunicação no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) - mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades de êxito do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém se assim o fosse dirigido, poderia “contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954, 105)⁸.

Guerreiro Ramos - presente ao congresso quando dos debates – de modo diverso também mostrava certo ceticismo e objetou que mesmo sendo ideal o ensino de sociologia,

⁸ Denominava-se a comunicação “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira”. Prossegue Florestan: “A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe – ‘do costume às ciências sociais’ e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: ‘Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias’. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria então uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social” (p. 90). E ainda “alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954, 104).

a sociedade brasileira não estaria aparelhada para tal, já que persistia – na sociologia - uma visão alienada da realidade do país, ocupando-se de problemas efetivos em outros países; além disso, a falta de profissionais especializados para a docência dificultaria um ensino satisfatório (*ibidem*, 319-20). Florestan redarguiu que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não poderia garantir uma autoconsciência racional da realidade brasileira, ao que Guerreiro Ramos respondeu que a sua própria posição e as dos demais presentes no congresso eram irredutíveis: enquanto os outros seriam acadêmicos, ele se considerava um pragmático, e isso faria toda a diferença na análise das questões (*ibidem*, 342).

Sempre polêmico, Guerreiro Ramos perseguia obsessivamente o enraizamento da sociologia na realidade brasileira, importava torná-la um saber genuinamente comprometido com o país e sua peculiaridade; a transplantação de conceitos e teorias seria assim um entrave pois propagaria um ‘saber’ desvinculado de seu objeto, desenredado das relações sociais específicas de determinada sociedade. Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento - e da industrialização -, bem como a integração de populações marginalizadas (indígenas e afro-descendentes) na vida nacional.

A pesquisa sociológica – para GR – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos técnicos, humanos e mesmo de certo “nível cultural genérico”); também métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – então a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter “profissional”,

“esotérico” e postar-se ao alcance da população (dos ‘leigos’), e reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora conseqüente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um “saber de salvação”⁹.

Já para FF a nação (e obrigações para com esta) não era por si um valor primordial, ao menos não superior às obrigações para com a ciência, a sociologia - para servir efetivamente à transformação social - deveria ser primeiramente científica e depois (circunstancialmente) nacional. O padrão de trabalho científico deveria ser o mais rigoroso possível, só assim seria também útil à intervenção racional nos problemas sociais; como ciência (logo, universal) baseada na indução a sociologia procuraria uma generalização a partir de estudos particulares, aproveitaria as noções e categorias abstratas elaboradas em países nos quais a ordem social competitiva estivesse “mais completa”, fornecendo assim subsídios para se pensar uma ordem onde houvesse ainda incipiente desenvolvimento dessa característica. Seria, portanto, um saber cuja cientificidade se faria em detrimento do senso comum, como algo especializado, e o ensino escolar da disciplina serviria somente à “manipulação de técnicas racionais”, à atualização da mentalidade em preparação para o progresso social, não como consciência social dos efetivos problemas do país, pois uma formulação adequada – ainda que cientificamente - não garantiria autoconsciência social.

Defrontavam-se duas ‘sociologias’: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação visando o desenvolvimento e a autonomia

⁹ Como viria a defini-lo mais tarde (RAMOS, 1996).

nacional, e outra que se queria primariamente universalizada¹⁰ (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas. Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e limites (próprios) das chances de modernidade.

¹⁰ Para FF a sociologia seria ciência universal no sentido de que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos para todos os investigadores em quaisquer lugares; o nacional, o situado, seria um modo particular no qual os problemas sociais se apresentariam e deveriam ser enfrentados conforme uma adaptação do arsenal teórico geral. GR também admitia a universalidade da sociologia, entretanto, tal universalidade só se daria por meio dos particulares, das várias realidades situacionais (nacionais) que teriam relativa autonomia de problemas e larga margem para reelaboração do arsenal teórico para enfrentá-los. De um lado, o indutivismo (sintético) que veria no particular momento do universal (FF), de outro (GR) certa microcosmologia - em analogia às considerações de Max SCHELER (1986) - que tomaria o particular como contendo em essência - virtualmente e 'em escala' - o universal, todavia, o universal não conteria absolutamente os particulares em sua riqueza infinita. Ao final, de modo diverso, ambos tinham consciência da universalidade da sociologia como ciência e da necessidade de adequação de seu instrumental teórico às diferentes situações.

II. A arqueologia da contenda

Na visão dos comentadores o debate entre os dois sociólogos teria diversos significados e motivações: ISEB *versus* USP, São Paulo *x* Rio de Janeiro, ‘sociologia carioca’ *x* ‘sociologia paulista’, mertonianos *x* mannheimianos etc.¹¹. Todos estes recortes guardam algo de verossímil e especulativo, todos podem acrescentar algo à compreensão daquele momento de efusão intelectual e das trajetórias dos autores, entretanto, considerando-se a amplitude da discussão entre eles e a originalidade dos contendores – bem como as outras faces e personagens daquelas questões –, é equívoco tanto resumi-los à condição de figurantes quanto alçá-los à posição de encarnação de tais debates.

Lúcia Lippi de OLIVEIRA (1995a, 107-9), ao promover um balanço da polêmica, lista os pontos de divergência: 1) FF aceitaria a sociologia como ciência positiva do social (Weber, Durkheim e Marx são seus modelos), GR, mais cético, teria raízes filosóficas (no existencialismo e culturalismo) mas aceitaria a sociologia como ciência empírico-indutiva; 2) a relação entre sujeito e objeto do conhecimento e o caráter desse conhecimento seriam tomados de modos diferentes por ambos, FF ligar-se-ia à herança dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim) e GR seguiria a linha de Gurvitch - e partilharia a herança de Proudhon e Saint-Simon; 3) para FF ciência seria positividade, para GR, perspectiva; 4) no entender de FF a ciência seria feita na academia por acadêmicos, GR discordaria; 5) finalmente, para

¹¹ A existência de uma ‘escola paulista de sociologia’ – donde derivaria uma ‘sociologia paulista’ - é peremptoriamente negada por FERNANDES (1977, 140). Quanto ao significado do debate, alguns chegam a abordar o enfrentamento entre FF e GR como uma disputa entre, respectivamente, a ciência e a política, o conhecimento e a intervenção, o saber e a ideologia, o rigor e a volúpia etc., recortes estes muito presentes, direta ou indiretamente, em vários autores. Não trataremos aqui destes argumentos, visto o evidente equívoco no tratamento da questão.

FF – que desenvolveria um padrão mais positivista de sociologia - os “fatores endógenos do conhecimento são mais importantes, universais e passíveis de serem transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras”, já para GR – que seguiria um padrão mais normativo de ciência, “onde o *dever ser* pode agir sobre a consciência e sobre a realidade” e “os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico”.

Maria Arminda do Nascimento ARRUDA (1989, 153) enxerga a polêmica como

... ilustrativa do cenário no qual a reflexão sociológica acadêmica se desenvolve. De um lado, o professor paulista, convencido de que somente a partir de procedimentos científicos rigorosos e dotados de princípios gerais é possível pensar os problemas da sua própria sociedade ... De outro, o intelectual baiano, radicado no Rio de Janeiro, propugnado por um pensamento sociológico autônomo frente ao produzido no estrangeiro e comprometido com a realidade nacional.

Renato ORTIZ (1990) alerta para os vários significados da discussão mas resume-se às significações de uma “controvérsia entre duas personalidades que lutam para legitimar orientações diferentes no campo das Ciências Sociais” e de um “embate entre uma Sociologia que se autodefine como predominantemente acadêmica, e reside em São Paulo, e outra politizada, interagindo diretamente com o Estado na capital federal [então o Rio de Janeiro]”. Para ele Florestan seria um pragmático, representante do pensamento acadêmico paulista, perspicaz na tarefa “implantar entre nós uma disciplina científica”, ao referir-se a uma das peças centrais do debate - “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” -, afirma que:

... há um quê de Mannheim neste artigo, que trata o *ethos* da ciência como uma espécie de subcultura .. seu objetivo principal é diferenciar a Sociologia das outras falas, num momento em que imperava uma polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro uma ruptura em relação ao senso comum, o discurso dos juristas, jornalistas e críticos literários, segundo, um distanciamento em relação à aplicação imediata do método sociológico para a resolução de problemas sociais: uma crítica da sua utilidade (*ibidem*, 166)¹².

Por sua vez, Guerreiro Ramos - segundo Ortiz um “adepto de uma visão genuinamente nacional, mas nem por isso menos provinciana” - mostraria “um certo desprezo pela pesquisa” em favor de certa “experiência” administrativa e voluntarismo; suas propostas no II Congresso Latino-americano de Sociologia seriam “desastrosas” se seguidas literalmente, porém, atribui-lhe o mérito de captar “com vivacidade o momento pelo qual passa[va] a cultura intelectual no Brasil” ao criticar a “pretensão de se imaginar que a Sociologia se inicia com as escolas de Sociologia”. Define os autores, então, do seguinte modo:

¹² FF é um dos iniciadores – assim como Donald PIERSON (1972) - dessa posição de crítica à ‘sociologia’, às idéias sociais dos não-sociólogos; distinguia “três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira”: a primeira em que a sociologia “é explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação”, a segunda caracterizada “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira” e a terceira singularizada “pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático” - trecho do artigo “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”, publicado inicialmente nas revistas *Sociologicus* (v. 6, nº 2, 1956) e *Anhembi* (v. 7, nºs 75 e 76, fev. e mar./1957), e posteriormente em *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (cap. IV, 1958) e em *A sociologia no Brasil* (cap. 2, 1977), aqui utilizamo-nos de FERNANDES (1958, 190). Tal posição é precursora de uma forma de análise que, radicalizada, tornou-se hegemônica na ciência social ‘paulista’, principalmente uspiana, cujo principal fruto é *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme MOTA (1980), no qual critica os “explicadores” do Brasil e localiza a fundação da ciência social - nos padrões científicos, não-ideológicos – na trajetória da USP e da ‘escola paulista’.

Guerreiro nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone, e plantava suas raízes num momento anterior [a tradição de pensamento social no Brasil com Euclides da Cunha, Silvio Romero etc.]. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, que exigiam que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do saber internacional (*ibidem*, 167-8).

Já Luiz Werneck VIANNA (1994) vê o episódio como uma etapa da institucionalização das ciências sociais no Brasil e o enfrentamento entre dois mannheimianos peculiares, representantes das sociologias paulista e carioca; FF seria um sociólogo de vocação mertoniana, que complementaria com a noção de *intelligentsia* - de Mannheim - as deficiências de aplicação de uma concepção de *ethos* acadêmico, de comunidade científica, num país de relações autoritárias e arcaicas, culminando numa sua...

... inscrição na vida pública, passando ao largo dos partidos políticos e da vocação para substituí-los, no interior do Estado, como representante *em geral* da sociedade, a sua Sociologia não se quer traduzir em uma política. Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma institucional e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva (*ibidem*, 372).

E GR, propositor de uma sociologia...

... tensa, uma Sociologia de intervenção – não de partido, mas pela representação *em geral* da sociedade -, ciência de erradicação do atraso, e que se orienta pelos problemas macroestruturais, empenhando-se em estratégias que liberem as forças produtivas,

sem cuja promoção se inviabilizaria um projeto de democratização de oportunidades. Para ele, a democracia seria substantiva, e a sua formalização se apresentaria como um momento que deriva acessório (*ibidem*, 378-9).

Os sujeitos dessas intervenções sociais – nas visões de FF e GR, segundo VIANNA (*ibidem*, 379) – seriam, respectivamente, duas formas de *intelligentsia*: uma como comunidade científica e outra próxima do Estado, entretanto:

... apesar da profunda divergência, as Sociologias do Rio de Janeiro e de São Paulo não vão deixar de convergir, na medida em que ambas inscrevem a disciplina na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais. A de São Paulo com sua orientação americana, instituindo o seu Departamento como uma comunidade científica, sobretudo aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania; a do Rio, sob a inspiração mannheimiana de uma *intelligentzia* como intérprete *em geral* da sociedade, preferencialmente voltada para o papel da dimensão econômica na quebra de uma situação de subdesenvolvimento, privilegiando o eixo Estado-povo. Nos dois casos, envolvendo ou não estratégias de profissionalização das Ciências Sociais, essa *intelligentzia* define sua identidade como a de ator no processo de mudança social.

Sintetizando os termos do debate Gabriel COHN (1995, 4) percebe ao enfrentamento entre duas concepções opostas sobre o papel dos intelectuais – e do cientista social em particular:

Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho Guerreiro vê a participação dos

intelectuais na organização de uma consciência social conforme às peculiaridades nacionais na corresponde “fase” histórica; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota uma posição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em consequência, onde um busca a mudança estrutural das condições sociais de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de uma ideologia eficaz para um projeto nacional.

Isto posto, ambos formulariam meios diversos para atingir os fins perseguidos, COHN (*ibidem*), enfatizando em demasia os papéis, caracteriza Guerreiro como o ator político por excelência ao tempo que Florestan seria o acadêmico.

Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer, não-colonial). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando a constituição de uma sociedade democrática (vale dizer, não oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma nação heterônoma. Mas as estratégias opostas e os

objetivos não poderiam ser mais contrastantes; até porque respondiam a diferenças de base nas situações dos interlocutores. Guerreiro via o mundo com olhos políticos, era muito mais um homem de partido e voltado para a mobilização de apoios na sociedade do que Florestan, que, neste debate, figurava mais como o profissional acadêmico engajado, voltado para a participação mais pouco disposto a nela dispensar o recurso ao conhecimento bem-fundado.

Acrescentemos que nem a posição de Guerreiro implicava uma desconsideração ou mesmo descentralização do conhecimento científico como base para alcançar os fins propugnados e nem a de Florestan – em sua situação acadêmica – carecia de um substrato político, ambos também consideravam de modo diverso as possibilidades de instrumentalização do conhecimento e de intervenção política e social – bem como os mecanismos à disposição.

III. Novos embates

Ao reeditar *A redução sociológica* (em 1963) Guerreiro Ramos escreve um outro prefácio no qual - defendendo-se das críticas do autor em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” - argumenta que Florestan Fernandes:

- 1) confunde a ciência sociológica em hábito com a ciência sociológica em ato¹³. O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia. Por isso, o trabalho em pauta reflete uma ideologia de professor de sociologia, antes que atitude científica de caráter sociológico diante da realidade;
- 2) a crítica em apreço ilustra como algo mais do que a informação e a erudição, é necessário para habilitar ao estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos ou, em outras palavras, para a prática da redução sociológica;
- 3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico, e assim tende a hipostasiar a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado (RAMOS, 1996, 16)¹⁴.

¹³ Inspirado em Jacques Maritain (autor católico cuja influência GR prezava) - que por sua vez retomou a antiga noção escolástica de *habitus* - GR diferenciava entre: *sociologia (e saber) em hábito*, exercida por treinamento específico, por vezes livresco e repetitivo, e *sociologia em ato*, efetivada por meio da capacitação e comprometimento como saber criador e de intervenção. E acrescentava: “sempre houve ciência social no Brasil, entendida como saber em ato” (RAMOS, 1980a, 540).

¹⁴ GR refere-se ao opúsculo (“O padrão...”) como “a mais qualificada crítica que um representante ilustre de nossa sociologia convencional escreveu contra nossa orientação” (RAMOS, 1996, 15). Também vale lembrar que em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) afirma: “Florestan é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço

Ainda comentando o referido artigo de FF, áspero, GR qualifica-o como “documento de ideologia de professor de sociologia no Brasil” e aponta os principais traços dessa ideologia: o “provincianismo” e o “bovarismo”. Provincianismo pois como “típico sociólogo convencional” procuraria garantir uma pureza do trabalho sociológico e livrá-lo de “deformações ‘filosóficas’”¹⁵, tornando a sociologia uma “disciplina de escoteiros”, já que os critérios da ciência não poderiam ser “livrescos ou institucionais” mas teriam “de ser procurados na estreita relação entre teoria e prática”, tal pureza seria manifestação de um “solipsismo sociológico [que] só atende interesses extracientíficos da burocracia parasitária, gerada pela prematura institucionalização do ensino da sociologia”; já o “bovarismo” consistiria em “extremar a distância entre o mundo dos sociólogos e dos ‘leigos’, ao ponto de considerá-los cindidos”, levando à radical distinção entre “cientistas e leigos” e fazendo da sociologia um proselitismo, quando a vocação desta seria “tornar-se um saber vulgarizado” (*ibidem*, 26-9). Para GR a sociologia deveria destituir-se de qualquer caráter elitista e constituir-se em uma forma de consciência, sobretudo de autoconsciência social, requisito para a superação dos limites que impediriam o desenvolvimento.

Por seu turno, num trabalho publicado em 1968 (*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*), FF volta a carga contra GR e afirma que o equívoco central das considerações deste localizar-se-ia na própria concepção de sociologia que, ao pleitear um vínculo estrito com dada sociedade e uma irreduzível especificidade histórico-social, acreditaria “que a própria natureza dos problemas sociológicos, a serem investigados, exige recursos conceptuais metodológicos e teóricos específicos e *exclusivos* [itálicos do autor]”,

de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, no campo da antropologia (RAMOS, 1953, 30). Lúcia Lippi de OLIVEIRA (1995a) assinala que não é fortuito o fato de GR situá-lo “no campo da antropologia” e não no da sociologia. Todavia, é preciso lembrar – a despeito da ironia guerreiriana – que até aquele momento os trabalhos de maior ressonância de FF eram os sobre os tupinambá, rotulados como “antropológicos”.

¹⁵ Termo usado por Florestan quando da crítica da sociologia professada por Guerreiro Ramos.

posição que converteria “o sociólogo em ideólogo e leva-o a ignorar ou a subestimar os requisitos da explicação científica e, até, o que torna o conhecimento científico verdadeiramente útil”, assim, “a própria Sociologia que é posta em questão, pois ela seria, no fundo, a fonte de falsos problemas e de explicações mistificadoras” (FERNANDES, 1972b, 16). Observa, ao final, que mesmo considerando-se a sociologia um produto orgânico de uma cultura – como de certo modo Hans Freyer o faria - seria possível extrapolar e construir métodos e técnicas de uso universal. Desse modo, FF salva uma herança que também lhe seria própria e cerra fogo em GR (*ibidem*, 17).

Naquele mesmo mencionado prefácio de 1963 a *A redução sociológica*, Guerreiro RAMOS (1996, 29), chama a atenção para alterações no trabalho de Florestan:

... o escrito [de FF, “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”] ainda tem muito de esoterismo, mas ao terminá-lo o autor escreve páginas que nos inspiram a convicção de que o professor paulista está em processo de autocrítica. Diz ele [FF]: ‘o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de por os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social’ (*A sociologia...*, p. 39). Quem conhece os escritos do professor paulista se dará conta de que essa frase é, nele, indicativa de uma revolução interior. O Sr. Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante. Só então se eliminará sua resistência à redução sociológica.

GR refere-se ao texto “A sociologia como afirmação” - publicado inicialmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (em 1962) e reeditada em *A sociologia numa era de*

revolução social, também em 1962 - e com perspicácia percebe o acento mannheimiano que adquire a produção do sociólogo paulista, a ponto de vaticinar um desfecho militante à sociologia deste. Ironicamente, é GR quem primeiro vislumbra o sociólogo e militante que FF viria a se tornar.

Assim, é com *A sociologia numa era de revolução social* (de 1962) que vêm à tona questões até então latentes na obra do autor, a saber, as relacionadas à condição imanente do sociólogo como cidadão. Afloram os dilemas, ainda como “dilemas morais”, do sujeito interessado socialmente e do cientista devotado à verdade; oscilando entre tais pólos, embrenhando-se e esgueirando-se por entre um espinhal de problemas referentes àquela condição o autor enfrenta os desafios de construir uma sociologia que não fosse meramente técnica de produção teórica.

O sociólogo é *cientista* e, ao mesmo tempo, *cidadão* – membro de uma categoria social constituída por pessoas devotadas aos fins da ciência e membro de uma comunidade nacional. Queira ou não, seu comportamento e modo de ser são influenciados por atitudes, valores e ideais científicos, extracientíficos e, até, anticientíficos (FERNANDES, 1976a, 92).

Todavia (continua),

Essa condição só não é foco de tensões e de dilemas morais: 1º) onde a influência exterior não afeta, pura e simplesmente, o labor intelectual do sociólogo, ou onde ela se dá, mas pode ser neutralizada pelas regras da investigação e da explicação científica da realidade; 2º) naquilo em que os ajustamentos do sociólogo ao seu mundo social não sofre o influxo da ciência, ou nas esferas em

que existe firme consenso sobre as aplicações consideradas legítimas das descobertas científicas. Entretanto, surgem questões diante das quais as coisas não são tão fáceis (*ibidem*, 92).

Por mais difíceis que fossem as condições, haveria ainda refúgios seguros para a objetividade sociológica, FF reconhecia o peso da determinação social no pensar, ainda que relutante em extrair todas as conseqüências sociais e políticas das opções - escudava-se na comunidade científica, nas regras do trabalho científico e no consenso social. A defesa dos padrões, em tensão com o engajamento social, apoiava-se em articulações complexas donde emergiam as tensões que marcavam a concepção de trabalho sociológico do autor naquele momento.

Na assunção do papel de cidadão (interessado) FF relativiza o radicalismo científico e pondera sobre as condições de produção científica no Brasil e sua viabilidade de acordo com as disposições sociais; defende uma certa diferenciação interna no sistema de instituições científicas e descarta a possibilidade de um mecenato estatal no setor, incentivando os cientistas a explorar “as áreas mais viáveis de expansão da ciência em nosso País” e explorar “com pertinácia, humildade e ânimo construtivo as perspectivas que elas nos oferecem” (*ibidem*, 32).

O compromisso científico ganhava um cunho social e refletia-se nas estratégias de desenvolvimento científico/tecnológico e no zelo pelos recursos despendidos conforme a condição do país. A crítica dirigia-se agora à falta de “realismo científico”.

Estamos diante de um impasse. Precisamos da ciência para promover o desenvolvimento da tecnologia e para acelerar o crescimento econômico em determinadas direções. No entanto, não temos recursos para enfrentar essa necessidade de forma

satisfatória. Essa equação cria responsabilidades especiais que não podem ser ignoradas pelos cientistas brasileiros. A eles compete não só promover uma utilização judiciousa dos recursos disponíveis, como evitar o mau uso desses recursos, seja em projetos de investigação porventura improfícuos, seja em campos de trabalho incompatíveis com o grau de amadurecimento de nossa capacidade de produção científica organizada. Sabemos que nosso meio não possui formas indiretas de controle eficiente das atividades dos cientistas. Estes se tornam os árbitros da ‘política’ a ser seguida na utilização dos recursos disponíveis: ficam livres para agir com maior ou menor acerto, embora os ônus das decisões negativas recaiam sobre uma coletividade pobre e desamparada.

...

Infelizmente, pondo-se de lado exceções que não podem ser mencionadas no momento, poucos cientistas brasileiros têm atentado para semelhante acréscimo de suas responsabilidades. Movidos por ambições intelectuais consistentes com o estado da ciência nos países ‘adiantados’ e ‘ricos’, ignoram muitas vezes a estratégia a ser seguida enquanto não dispusermos de maiores recursos materiais e humanos para o trabalho científico. Quando as coisas são bem feitas de modo íntegro, o esforço despendido ainda é proveitoso, pois o especialista brasileiro pode ser aproveitado em outros centros de investigação, o mesmo acontecendo com os produtos de seu trabalho. A regra, porém, não é essa. Falando com franqueza, a regra consiste na devastação improdutiva dos recursos materiais e humanos. A ‘*ciência*’, a ‘*pesquisa científica*’

e a '*produção original*' de *níveis internacionais (sic)* são meros expedientes para justificar posições de prestígio, notoriedade e cargos bem pagos, cheios de privilégios. Uma rede visível de pseudociência embaraça, assim, o progresso da verdadeira ciência. Primeiro, pela absorção e destruição improdutiva de recursos sumamente escassos. Segundo, pela formação de uma teia invisível de interesses extracientíficos, empenhados em combater ou em deter as tendências mais frutíferas de expansão da ciência no Brasil (*ibidem*, 34).

Definida por ele como "anomalia", essa ausência de "realismo científico", entretanto, não autorizaria - como reação aos seus desvios - recuar nos níveis de excelência do trabalho científico. A ciência em todos os países teria o mesmo nível de exigência intelectual e tal padrão só poderia ser aferido mediante critérios científicos: "A idéia de que se possa fazer ciência de acordo com o alcance da bolsa é fantasiosa e aberrante. Ou se produz um saber autenticamente científico; ou se cuida de pseudociência", o que se poderia fazer seria "no máximo", racionalizar o uso dos recursos investidos (*ibidem*, 44). Embora sem mencioná-lo, nota-se que o interlocutor é obviamente Guerreiro Ramos:

... alguns cientistas sociais pensam que deveríamos cultivar um padrão de ensino simplificado e estimular somente investigações sobre a situação histórico-social global, como se nos competisse acumular explicações comparáveis às que o conhecimento do senso comum produziu na Europa, no período de desintegração da sociedade feudal e de constituição da sociedade de classes. Segundo suponho nada seria mais errado e perigoso. O conhecimento científico não possui dois padrões: um adaptável às

sociedades desenvolvidas; outro acessível às sociedades subdesenvolvidas (*ibidem*, 67).

Recomenda então “dar prioridade aos assuntos que são mais relevantes para o conhecimento da sociedade brasileira, ao controle dos problemas sociais com que nos defrontamos, etc.” e salienta que nada impede que, feitas as escolhas estrategicamente recomendáveis, em função das disponibilidades de recursos materiais e humanos, as investigações conduzam a resultados de sólida significação empírica e teórica” (*ibidem*, 73-4).

Emprende daí uma busca por uma nova forma de articulação ciência/sociedade, alternativa às concepções que vigorariam em duas categorias:

1º) entre os cientistas; 2º) entre os técnicos e os homens de ação que tentam estimular o aproveitamento prático do saber científico no Brasil. O primeiros são vítimas freqüentes, em nosso País, do puritanismo científico. Não só querem ‘fazer verdadeira ciência’, no que estão certos, mas querem também competir, indiscriminadamente, com os grandes centros internacionais de produção científica original, o que nem sempre está ao nosso alcance. Acabam, portanto, pondo os fins acima dos meios, no processo de crescimento da ciência, e ignorando por completo que é tão importante criar um padrão autêntico de trabalho intelectual científico¹⁶, quanto conseguir explorá-lo de maneira ordenada e contínua. Os segundos, por sua vez, exercem influência em regra nefasta para o processo de crescimento da ciência. Uma

¹⁶ Aqui o “padrão científico” - anteriormente tornado ícone - dá lugar a um “padrão autêntico” de trabalho intelectual científico. O científico e o autêntico já não são sinônimos.

inteligência superficial dos meios leva-os a um comodismo limitado, cujo preço é a estagnação cultural em um nível dependente de desenvolvimento. É nisso que dá a valorização unilateral dos conhecimentos científicos ou tecnológicos importáveis prontos e acabados em certo momento – ela fomenta soluções nas quais ficam ausentes as possibilidades de instaurar um processo interno e autônomo de produção científica original na sociedade brasileira (*ibidem*, 50).

É no entanto em “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” - projeto do Cesis¹⁷ publicado em colaboração com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais em 1962 e posteriormente em *A sociologia numa era de revolução social* - que as relações entre a ciência e a intervenção social tornam-se mais estreitas, a produção e inovação científicas imbricam-se com as necessidades sociais, impondo a criação original concatenada com os desafios que a superação da condição de “país subdesenvolvido”¹⁸ apresentaria.

Não basta importar certos produtos do conhecimento científico e tecnológico, por mais importantes, refinados ou promissores que sejam. Eles [“países subdesenvolvidos”] precisam ir além: 1º) assimilando, de fato, os padrões de pensamento associados à ciência e à tecnologia científica; 2) conseguindo condições para

¹⁷ Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, criado junto à cadeira de Sociologia I (da USP), idealizado por Florestan, dirigido por Fernando Henrique Cardoso e financiado sobretudo pela Confederação Nacional da Indústria sob o patrocínio do então Governador Carvalho Pinto, do reitor da USP Antonio Barros de Ulhoa Cintra e do engenheiro Fernando Gasparian visando estudar a indústria, as relações de trabalho e os grupos sociais envolvidos. “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” é um projeto com objetivo de apresentação do centro.

¹⁸ Deve-se notar que o autor - até aquele momento – geralmente mencionava entre aspas os termos “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos”, só a partir daí desencadeia suas pesquisas sobre o tema e passa a definir conceitualmente os termos.

colocá-los em prática, de forma efetiva e criadora, nas situações de existência histórico-social em que se encontrem. A alternativa com que se defrontam é, portanto, bem clara e dura. Ou adquirem a capacidade de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos originais (se isso for impraticável, de reelaborar profundamente, pelo menos, os conhecimentos científicos e tecnológicos transplantados), ou se vêem impossibilitados de *por a ciência e a tecnologia científica a serviço dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico, social e cultural* (FERNANDES, 1976a, 315, itálicos do autor).

Aclara-se a necessidade de envolvimento do saber e seus sujeitos, a preocupação com os padrões de excelência científica - embora não abandonados - são reconsiderados conforme as condições e prioridades sociais, à sociologia já não basta ser ciência, cumpre assumir função social mais ampla.

A análise sociológica assumiu, nesse contexto, duas funções nítidas. Ela serve como fator de renovação e de alargamento do horizonte cultural herdado. E serve para apontar o grau de adequação ou de inadequação da estratégia a ser seguida, praticamente, onde a vitalidade do crescimento econômico não é bastante forte para romper com o peso morto do passado. Oferece ensinamentos, em suma, que facilitam os propósitos de liberar a economia dos influxos negativos da herança social e estimulam a orientação de conjugar as inovações econômicas ao planejamento e às reformas sociais. Daí se deduz que nos “países subdesenvolvidos” ainda prevalece a fórmula segundo a qual ‘só

vê algo sociologicamente, quem quer algo socialmente'. A situação coletiva de existência entrelaça o 'querer comum' e a 'análise sociológica', convertida em *instrumento de autoconsciência da realidade* (*ibidem*, 322, itálicos nossos).

A sociologia, mesmo não sendo hábil para indicar fins, deveria agora assumir a responsabilidade de verificar a adequação entre meios e fins e, no limite, influenciar a própria consecução desses fins ao funcionar como instrumento de conscientização social – pois obviamente qualquer conscientização se faz necessariamente em determinada direção, com base em determinado conteúdo. Ao que parece já nos debruçamos sobre um 'outro' Florestan Fernandes.

IV. Outros contedores

Com a ebulição do debate intelectual naqueles anos, em especial na sociologia, outros intelectuais tomaram posições e manifestaram-se publicamente a respeito das questões em voga, algumas dessas manifestações, paralelamente, afetaram diretamente as discussões, ao iluminar aspectos em pauta na polêmica, e indiretamente as trajetórias de FF e GR.

No ano de 1947 o nº 4 da revista *Sociologia* (editada pela Escola Livre de Sociologia e Política, de São Paulo), trouxe três artigos – escritos respectivamente por Costa Pinto, Emilio Willems e Florestan Fernandes - que debatiam os problemas que se colocavam à sociologia e ao sociólogo frente às tarefas impostas pela conjuntura histórica.

Luiz Costa Pinto¹⁹ deu início à querela com o artigo “Sociologia e mudança social” – mais tarde reeditado em *Sociologia e desenvolvimento* (em1963) -, um libelo ao engajamento do sociólogo numa posição crítica em relação aos desafios que o capitalismo punha à sociologia.

No seu entender a *ciência* seria “a sincronização dos modos de o homem pensar ao ritmo das transformações que passam nas coisas” (PINTO, 1947, 328), e a *sociologia* -

¹⁹ Luiz de Aguiar Costa Pinto - baiano, migrado para o Rio de Janeiro em 1937, vindo de uma família tradicional das oligarquias nordestinas (políticos e proprietários de engenho) - ingressou no curso de ciências sociais da (antiga) Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; membro da juventude comunista foi preso por participar de agitações contra o Estado Novo. Em 1942 tornou-se assistente de Jacques Lambert na Cadeira de Sociologia daquela faculdade e em 1946 tornou-se professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da mesma Universidade do Brasil. Em 1957, quando foi criado o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), tornou-se seu primeiro diretor, nos anos 60 transferiu-se para os EUA, passando pela Universidade da Carolina do Norte e posteriormente pela Universidade de Berkeley, terminando por fixar-se na Universidade de Waterloo, no Canadá. Os dados biográficos foram extraídos da produção do autor, de MAIO (1996) e de MAIO & BÔAS (1999); sobre o CLAPCS ver OLIVEIRA (1995b).

como ciência - seria “o estudo científico da formação, da organização e da *transformação* da sociedade humana” (*ibidem*, 292, itálicos nossos). Desse modo, ao privilegiar a mudança social como coroamento do trabalho do sociólogo, Costa Pinto elegia a “sociologia acadêmica” como adversária da objetividade científica, pois esta seria “incapaz de abstrair-se da estrutura social capitalista para estudá-la cientificamente”, já que tomaria as relações capitalistas como naturais (*ibidem*, 296)²⁰.

No artigo, após construir um breve esboço da evolução da sociologia, Costa Pinto critica a acomodação desta, atacando as idéias de declínio das “escolas” sociológicas, da necessidade de criação de “microsociologias”²¹ e as utopias que obstruiriam o desenvolvimento científico do estudo da sociedade humana: a “reformista”, que confundiria “a sociologia com programas ideais de um estado futuro”, a “normativa” - cuja intenção seria “fazer da ciência da sociedade um repositório de ‘regras de bem viver’” - e a “conservadora”²², a mais ameaçadora, cujo “dogma – que é o dogma da sociologia acadêmica” seria a pretensão da “imutabilidade da ordem social baseada numa economia de lucro”, donde retiraria os valores que a inspirariam e sustentariam, valores estes que lhe dariam “pelo fato de serem hoje dominantes, a ilusão de que eles se confundem com a ‘verdade objetiva’ (*ibidem*, 318-24).

²⁰ Notória, a referência de Costa Pinto é Marx e, pontualmente, a crítica deste à economia política.

²¹ Tais idéias tomavam forma particularmente na sociologia de Georges Gurvitch, que durante os anos de 1947/48 ocupou a Cadeira de Política na FFCL-USP – sobre os temas ver GURVITCH (1953), já sobre a participação do professor russo naturalizado francês na “missão francesa” na USP ver MASSI (1989). A questão das ‘escolas sociológicas’ também tinha lugar nos estudos de Donald Pierson, que exerceu magistério na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo de 1939-1952 e pesquisas no Brasil - ver PIERSON (1972), já sobre a passagem de Pierson pelo Brasil ver MASSI (1989), LIMONGI (1989) e OLIVEIRA (1995a). Deve-se notar que os autores proclamavam não somente o fim das ‘escolas’ de sociologia mas também do “caráter nacional” da sociologia (p. ex., francesa, alemã, americana etc.).

²² O interlocutor privilegiado por Costa Pinto neste diálogo crítico é Mannheim e sua construção das “formas de mentalidade utópica”. Referência obrigatória para aqueles dias (e por que não hoje?), a influência de Mannheim era tão poderosa que uma crítica que se pretendesse conseqüente na sociologia brasileira tinha que acertar contas com o autor.

Costa Pinto desfila então um rosário de implacáveis observações sobre a aplicação da “metodologia acadêmica”, abrangendo os estudos de comunidade, de estratificação social, os conceitos (de normal/patológico, desorganização social²³), a incapacidade de uso prático das informações, a complacência e a “conciliação”, ou seja, a tentativa de utilização do materialismo histórico de modo “emasculado” para o rearranjo metodológico da sociologia acadêmica, então fragilizada pelo profundo descompasso entre suas proposições e as mudanças sociais em curso na estrutura social. Isto posto, afirma “o fato das grandes crises da ciência social serem quase sempre ‘crises de conciliação’” (*ibidem*, 308), e cita Mannheim como um expoente dessa forma de manobra.

Em suma, a crise da sociologia (e da “sociologia acadêmica”) localizar-se-ia fundamentalmente nas contradições da sociedade capitalista e refletir-se-ia na disciplina por meio de sua metodologia - por demais presa à ordem e incapaz de solver seus conflitos pois laudatória desse modo de produção. A objetividade científica estaria então obnubilada por essa incapacidade, segundo Costa Pinto não haveria “possibilidade de a sociologia acadêmica alcançar uma relativa objetividade no estudo da vida social senão pela via da negação de si mesma e pela crítica dessa ordem social” (*ibidem*, 329), negação que implicaria em realizar papel ativo no processo de mudança social, já que “o problema da verdade objetiva é um problema prático e que só pela prática é possível integrar a conhecimento à realidade”, posto que o “teste supremo da objetividade do conhecimento é a *práxis*” (*ibidem*, 330). Com CP, a sociologia procurava no marxismo sua vitalidade.

Também um tema palpitante na época, a importação de idéias, não escapou à visão ferina do autor.

²³ Conceitos então em voga pela influência, respectivamente, de Durkheim e da sociologia americana - essencialmente o trabalho de William I. Thomas e Florian Znaniecki: *The polish peasant in Europe and America* (1918-21).

No Brasil, especialmente, surge no plano a necessidade de uma atitude rigorosamente crítica ante todo esse material que, mais ou menos desorganizadamente, está sendo importado e amontoado em nossas Faculdades e bibliotecas – e que hoje é, principalmente, norte-americano – material que já vem semimorto da origem e aqui é apresentado não raro como ciência pura, autêntica e fecunda. Pretender, como se tem pretendido, ‘plantar de galho’ em nosso meio, sem tradições universitárias neste domínio, fórmulas acadêmicas já ultrapassadas no próprio berço – eis uma tentativa que já trouxe, e ainda está trazendo, desilusões a muita gente e que, longe de contrabalançar nossa temperamental ‘sociologia pitoresca’, dá-lhe vida, campo e meios de continuar fazendo os seus sucessos de fogo de artifício (*ibidem*, 291).

Se a “práxis” seria a medida da objetividade, teorizações descoladas da realidade social estariam condenadas ao alheamento, a um destino infrutífero resguardado às formulações “plantadas de galho”.

Todavia, ao estender-se nas críticas e não definir claramente a quem as endereçava, a vagueza do termo “sociologia acadêmica” tornou-se o ‘calcanhar de Aquiles’ das formulações do autor. Entendeu-se por tal a sociologia praticada pelos sociólogos ligados à academia ou às instituições de ensino superior e/ou pesquisa. Sob fogo, era mister para estes definir claramente como os condicionantes sociais influíam no trabalho do sociólogo e se os levavam à defesa da ordem. É através dessa fresta que vem a crítica de

Emílio Willems - alemão, então professor da Escola Livre de Sociologia e Política - em artigo na mesma revista²⁴.

Limitando-se à categoria dos sociólogos acadêmicos, Costa Pinto estabelece uma diferença entre estes e outros. Acadêmicos seriam portanto, segundo parece, aqueles que ocupam alguma posição em escolas e institutos universitários. Pode-se supor, embora o artigo seja omissivo neste ponto, que os sociólogos não acadêmicos, mais independentes e portanto aptos a realizar projetos de pesquisa ‘perigosa’ para a estabilidade da ordem social existente, estejam a salvo das injunções verberadas por Costa Pinto. Todavia, não vejo razão nenhuma para excluí-los, pois os vínculos que podem ligar o sociólogo a uma determinada estrutura social, nem sempre se resumem em dependências meramente econômicas (WILLEMS, 1947, 346).

²⁴ Segundo Antonio CANDIDO (1964, 2115-6): “Emílio Willems, radicado desde muito moço no Brasil, aqui realizou toda a sua obra e pertence de fato e direito à nossa Sociologia. Os seus primeiros estudos foram no campo da Sociologia Educacional, em que efetuou pesquisas, notadamente sobre o papel de peneiramento exercido pela educação em São Paulo. Influenciado pela teoria americana dos contatos raciais e culturais, estudou sob este prisma a colonização alemã no Sul do Brasil em *Assimilação e Populações Marginais* (1940), retomando o tema com maior amplitude e renovado equipamento teórico em *A Aculturação dos Alemães no Brasil* (1946), onde aplica, de maneira coerente e sistemática, os modernos conceitos da antropologia cultural americana. Baseado em pesquisa de campo (sobretudo observação participante) e levantamento de material impresso (notadamente coleções de jornais), estudou o desenvolvimento de instituições, tipos de conduta e manifestações ideológicas que exprimem a acomodação dos imigrantes ao novo meio, dando lugar a uma cultura marginal teuto-brasileira, presa entre sentimentos de fidelidade à terra de origem e amor à terra nova, para se resolver afinal numa situação ambivalente que encontra expressão mais típica no ‘patriotismo local’ – espécie de racionalização elaborada como mecanismo adaptativo. Noutros trabalhos, estudou vários aspectos da aculturação dos japoneses.

Em *Cunha, Tradição e Transição numa Cultura Rural do Brasil* (1947) e *Buzios Island* (1952), este em colaboração com Gioconda Mussolini, inicia o estudo dos agrupamentos caboclos, utilizando os métodos, inéditos entre nós, das pesquisas de comunidade. Neste e noutros trabalhos orientou-se decididamente para a investigação empírica, esforçando-se por fazer a Sociologia entrar na fase de pesquisa direta da realidade presente. Estas diretrizes fecundas, que tiveram influência decisiva nas novas gerações de sociólogos foram por ele ampliadas através da sua atividade docente e da revista *Sociologia*, que fundou em 1939 com Antenor Romano”.

Prossegue expondo a situação na Europa, onde correntes socialistas – segundo ele - participariam de governos e, de modo “pitoresco”, professores marxistas teriam acesso à vida acadêmica, competindo com outros indicados por “partidos ‘reacionários’”, o que resultaria uma série de disputas e acusações, e arremata: “nem sempre é possível definir a situação em termos de ‘pensamento acadêmico de um lado e o socialismo de outro’, pois a própria esfera acadêmica está sendo penetrada, mormente no caos *post-capitalista* da Europa atual, pelo socialismo (*ibidem*, 348). Conquanto,

...compreende-se perfeitamente a aspiração do socialismo marxista de fazer-se ‘a própria consciência científica dessa mudança’ [da civilização ocidental]. É uma aspiração grandiosa, mas sua realização depende sobretudo da futura evolução do próprio pensamento socialista, da sua capacidade de gerar algo que seja realmente ciência (*ibidem*, 349).

O autor, embora definindo-se como socialista, desconfiava profundamente da objetividade científica de uma sociologia pautada pela militância e que não se expurgasse das interferências de valores e ideologias.

Não obstante, a reação mais incisiva aos comentários de Costa Pinto veio no artigo “O problema do método na investigação sociológica”, no qual um sociólogo tão jovem quanto aquele (ambos contavam então com 27 anos), num comentário denso e hermético, fazia objeções e sugestões a respeito do tema: Florestan Fernandes²⁵.

Principiava ele pela crítica dos conceitos:

A história da sociologia não se reduz à história do marxismo; e também é algo duvidoso que a parte da história da sociologia que

²⁵ O artigo foi posteriormente reeditado em *Ensaio de teoria geral e aplicada* (de 1959).

se distingue da história do marxismo possa ser indicada com suficiente clareza pela expressão ‘sociologia acadêmica’. É preciso que se diga, embora de passagem, que as perspectivas mais completas e as tentativas mais fecundas de fundamentação teórica da sociologia, em nossos dias, provém exatamente de ‘conciliadores’, como Mannheim, Freyer, Halbwachs, Linton, etc. (FERNANDES, 1947, 332).

Daí ensejava a questão principal - o problema do método na sociologia - utilizando de um expediente curioso: aponta as armas de Costa Pinto contra o próprio.

O emprego da técnica de análise ideológica do conhecimento favoreceria uma compreensão mais positiva da contribuição das diversas tendências da ‘sociologia acadêmica’, sem nada prejudicar o significado da obra de Marx e Engels, na história das ciências sociais. Comparando-se ‘Sociologia e mudança social’ de Costa Pinto, à ‘Crítica da Economia Política’, de Marx, podem-se situar facilmente diferenças básicas de orientação metodológica, neste sentido...

... [é] surpreendente o número de teorias antagônicas aproveitadas por Marx através da síntese (*ibidem*, 335-6).

Ao situar o problema, FF asseverava que “a principal lacuna metodológica do trabalho ... [foi a orientação de CP em] estabelecer relações de caráter muito geral entre as categorias do conhecimento sociológico e a estrutura social”, pois seria mais importante investigar “o caráter das vinculações da concepção do mundo do sujeito com os resultados de suas pesquisas” (*ibidem*, 336), já que procedendo assim seria possível avançar muito mais “no sentido da abordagem sociológica das diversas tendências nascidas no seio da

sociologia, do que mostrando as conexões de caráter axiomático dessas tendências com a dinâmica das sociedades ocidentais (*ibidem*, 338).

Bem ao estilo de Mannheim, para FF a análise sociológica da sociologia deveria considerar não a relação entre os resultados das pesquisas e seu assentimento ou contestação da ordem social mas a relação entre a visão de mundo do sociólogo e as conclusões de suas pesquisas, a correspondência entre seus valores e suas construções científicas - assim como os meios de investigação. Por conseguinte,

... o condicionamento das teorias sociológicas por fatores sociais manifesta-se através da escolha do equipamento metodológico de investigação da realidade social. A escolha desse equipamento operativo reflete amplamente as diferenças culturais, ligadas às condições *nacionais* de existência social, tanto quanto as vinculadas à perspectiva social do sujeito, produto de sua participação da vida societária (*ibidem*, 340).

Como exemplo, menciona o “método positivo” – utilizado por Durkheim, Comte, Sumner – que se subordinaria “aos ideais conservadores do liberalismo burguês”²⁶, o “método histórico” – usado por Burke, por exemplo – ligado à “uma elite aristocrática e burguesa reacionária” e o “materialismo histórico” – de Marx e Engels – relacionado “ao socialista europeu diante dos problemas criados pelo capitalismo”. Dessa forma, Durkheim estaria mais interessado nos aspectos mais estáveis da vida social, de outro modo, Marx preocupar-se-ia com a ação política, a transformação; entretanto, tais abordagens não

²⁶ Florestan não relacionava o “método positivo” ao funcionalismo pois o entendia – o funcionalismo - como um método de investigação não diretamente assimilável a uma visão de mundo, podendo ser utilizado tanto por sociólogos inclinados a uma visão liberal (Thurnwald, Malinowski), como liberal-socialista (Mannheim) ou de convicções socialistas (como ele próprio). Ver “Funcionalismo e análise científica na sociologia moderna” (FERNANDES, 1974a) - publicado anteriormente em *Sociologia*, São Paulo, v. XXIV, nº 3, 1962, pp. 195-202.

seriam excludentes, para ele, “uma análise crítica bem orientada revela, sem grande dificuldades, o caráter complementar das diferentes teorias”, já que seus escopos de investigação, ao diferirem, dariam um panorama mais amplo dos problemas sociais.

Emerge então o propalado “ecletismo” do autor, ao assinalar que “uma boa norma científica seria a combinação do maior número possível de critérios, como condição para o aproveitamento máximo das contribuições parciais das várias teorias sociológicas (*ibidem*, 340-4). Costa Pinto, segundo FF, “preocupado com certa ordem de problemas de ação ... restringe-se a dois [critérios] apenas: as relações de teoria e prática” (*ibidem*, 343).

A importância da sociologia do conhecimento estaria não em proporcionar formas de desvelamento da posição ideológica dos sujeitos em relação à ordem social vigente mas, no que respeita à investigação sociológica, o interesse em descobrir o caráter das vinculações da concepção do mundo do sujeito com os resultados de suas pesquisas residiria “no fato de tal descoberta abrir novas oportunidades de observação, de controle e de refinamento do equipamento conceptual e metodológico da Sociologia” (*ibidem*, 338).

É perceptível que a preocupação central era a objetividade científica e não a ação política; criticando as orientações que afirmavam que a neutralidade, impessoalidade ou consenso - como legitimadores do conhecimento - outorgariam objetividade, FF assinala que:

... nem sempre é legítimo conceber a concordância de várias teorias na explicação de certos fenômenos sociais como resultado da imposição da *verdade* dos fatos. A imposição dos fatos só adquire sentido uniforme quando encontra na perspectiva dos sujeitos identidade ou equivalência de significados. Por isso, é preciso reconhecer que, em grande parte, os conhecimentos positivos que

possuímos sobre o funcionamento do nosso e de outros tipos de sociedade, fundamenta-se e explica-se pelos recursos teóricos da própria Sociologia ... Essa zona da Sociologia delimita uma camada de conhecimentos válidos para todos os sociólogos. Contudo, as diferentes teorias sociológicas mostram claramente que existe uma quantidade substancial de conhecimentos ininteligíveis na base dos mesmos princípios que explicam e legitimam aquele saber consensual *ex post*. Aqui se localiza a esfera da Sociologia sujeita a flutuações, aberta ao impacto direto da perspectiva dos sujeitos (*ibidem*, 339-40).

Na construção da ciência sociológica haveria então um nível no qual o conhecimento fundar-se-ia no instrumental teórico da disciplina e constituiria uma camada de informações passíveis de reconhecimento por todos os sociólogos, no qual vigoraria a validade universal do conhecimento; num outro nível, não justaposto ou sobreposto mas inter-relacionado, haveria um *quantum* de conhecimentos potenciais que reorganizariam de modo particular aquele saber “comum”, é neste plano que incidiriam as diferenciações decorrentes das perspectivas sociais dos sujeitos. Ao que parece, FF – naquele momento - pensava tais planos como: 1) um nível empírico, de recolhimento de dados conforme os procedimentos científicos e, 2) um nível ‘conceitual’, no qual se fariam presentes as teorias que moldariam o conhecimento e seriam interpretados os fatos - em cumplicidade com determinada visão de mundo. O esquematismo dessa construção, que relega a importância da aplicação teórica – e conseqüentemente a influência da perspectiva do sujeito - na coleta de dados, na própria apreensão do empírico, levará FF - em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (composto de artigos escritos entre 1953 e 1957, e editado em

1959) - a reconsiderar a construção e referir-se a um método de investigação e um método de interpretação, obviamente imbricados.

Frente aos imperativos práticos de mudança social preconizados por Costa Pinto, e a preocupação deste em tornar a “práxis” a medida da objetividade, o sociólogo paulista observa que, embora CP eleja o critério “mais significativo de todos”, cumpriria “substituir o enquadramento teórico da *práxis*, pela conduta realista” (FERNANDES, 1947, 345), conscientizando-se de que:

... na atual organização das sociedades ocidentais: a) colocam-se óbices insuperáveis à pretensão de extrair do conhecimento sociológico meios amplos de controle racional das forças sociais; b) solapam-se as tentativas mais radicais de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos, quer em se tratando da iniciativa privada, quer em se tratando da ação partidária ou oficial; c) enfim, não existem condições sociais favoráveis para qualquer espécie de aplicação do conhecimento sociológico, mesmo nos casos em que o sucesso parece já de antemão assegurado. Por isso ... a sociologia só desempenhará uma função compatível com as esperanças nela depositadas, após uma série de mudanças apreciáveis no atual sistema organizatório das sociedades ocidentais (*ibidem*, 344).

Para tanto, seria preciso que “aquelas expectativas encontrem um apoio decisivo no consenso social, e que se desenvolvam, nas próprias sociedades ocidentais, órgãos sociais dedicados ao aproveitamento e à aplicação dos conhecimentos sociológicos”, assim, os sociólogos deveriam adotar nova orientação:

... a) abandonando *as esferas puramente teóricas* de discussão do problema; b) orientando os seus esforços no sentido de alcançar, o

mais depressa possível, os objetivos que justificam a sociologia como ciência. Em outras palavras, os sociólogos não devem tratar apenas do enquadramento teórico dos problemas práticos da sociologia, esperando ocasião mais oportuna para defini-los de modo concreto. Precisam tomar parte ativa neste processo, aplicando com coragem e decisão os conhecimentos sociológicos, em todas as situações em que isso for possível, independentemente das limitações evidentes dos primeiros resultados positivos; e introduzindo, nos setores sociais capacitados para uma ação de maior envergadura, a consciência da necessidade do aproveitamento intensivo da sociologia, como fonte de controle racional dos processos sociais (*ibidem*, 345).

Não havendo mecanismos e mesmo uma conjuntura favorável à vocação pragmática da sociologia, seria necessária – para ele - a utilização da sociologia no sentido de fornecer subsídios às ações que cogitavam a mudança social, proporcionando então um meio fértil para a aplicação do conhecimento sociológico na intervenção racional nos processos sociais, todavia, observe-se, como “fonte de controle racional dos processos sociais” e não como propositor de valores e indicadora de objetivos políticos estratégicos.

Em síntese, a crítica de FF direciona-se no sentido de apontar a elisão – por parte de Costa Pinto - do “problema fundamental da moderna investigação sociológica: a *relação que existe entre a perspectiva do sujeito e a forma de encarar o objeto da sociologia*” (*ibidem*, 338, itálicos nossos).

Por seu turno, Costa Pinto havia protagonizado naqueles anos 50 – particularmente a partir do lançamento de seu livro *O negro no Rio de Janeiro*, em 1953 - uma refrega envolvendo a questão do negro no Brasil e tendo como oponente Guerreiro Ramos - este

havia feito duras crítica a Costa Pinto, e, em 1954, quando da publicação da *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, desqualificado o adversário²⁷. Todavia, o enfrentamento ainda não se extinguiu, por ocasião da publicação de *Sociologia e Desenvolvimento* - em 1962 - Costa Pinto reuniu artigos veiculados anteriormente e, dentre eles, “Sociologia e mudança social” (mote para a discussão com Emilio Willems²⁸ e Florestan Fernandes), que abre o livro em versão ligeiramente modificada: o autor retirou algumas citações e acrescentou, sobretudo, um parágrafo, que diz:

De fato, não é somente do ponto de vista dos que aspiram e constróem uma sociologia melhor que se pode criticar – e se critica – a sociologia existente. Irracionalismos de diferentes tipos, geralmente associados ao pernosticismo intelectual ou à pura e simples ignorância, também têm, recentemente, em nosso meio, dardejado críticas à sociologia, em nome de postulados delirantes que já foram até estudados como exemplos típicos daquilo que a sociologia não é nem deve ser (PINTO, 1978, 29-30)

²⁷ Chama-o “cidadão sem qualificações morais e científicas” e “carreirista e *doublé* de sociólogo” (RAMOS, 1957c, 154, nota 19). Já Costa Pinto, ao elaborar inquérito sobre as ciências sociais no Brasil (juntamente com Edison Carneiro), entre muitas citações de obras e autores significativos para as ciências sociais, sequer menciona Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes, no entanto, é mencionado - ver PINTO & CARNEIRO (1955). GR acreditava que a política havia inviabilizado sua carreira acadêmica, vez que, segundo ele, havia sido indicado por André Gros para sucedê-lo (na Cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia) e também para a de Jacques Lambert (Sociologia), mas assumiram Vítor Nunes Leal e Costa Pinto, respectivamente. Era 1943 e, no contexto da Segunda Guerra, teria sido acusado – por “comunistas” - de “colaboracionista”, por seu passado integralista e sua ligação, desde a Bahia, com Landulfo e Isaías Alves – governador da Bahia e seu irmão, secretário de educação, respectivamente - ver OLIVEIRA (1995a, 140). A partir daí e durante toda sua vida acreditar-se-á um perseguido político por exercer uma certa ‘independência’ de pensamento, não se aferrando – segundo ele - a seitas e conluios. E nutrirá verdadeira aversão à Costa Pinto.

²⁸ Vale lembrar que Emilio Willems, a despeito de ter um seu trabalho (“Burocracia e patrimonialismo”) positivamente citado por (RAMOS, 1950, 129), já havia sido alvo das verberações de GR ao situá-lo como representante de uma “sociologia consular”, cujo ângulo de visão realçaria o pitoresco e o anedótico (RAMOS, 1953, 17), e ao mencionar sua obra *Cunha – tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* como exemplo de sociologia “anódina e diversionista”, que desperdiçaria recursos preciosos (RAMOS, 1957c, 106).

Segue-se então nota de rodapé com referência bibliográfica: “Cf. F. Fernandes. *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. Belo Horizonte, 1958” (*ibidem*, 30)²⁹. No trabalho de FF só dois nomes são citados como exemplos de uso indevido da sociologia: Mário Lins e, principalmente, Guerreiro Ramos, objeto em primeiro plano da crítica do autor. Obviamente, Costa Pinto ao mencionar os “irracionalismos” referia-se a eles, estando – provavelmente - o “pernóstico” a cargo de Mário Lins³⁰ e sua sociologia formal e abstrata, e GR - com suas teses para uma sociologia nacional - no campo da “simples ignorância”. Era o troco³¹.

Indefectível, GR vê-se envolvido em mais um embate, por ocasião da publicação de seu livro *O processo da sociologia no Brasil*³² (em 1953), o qual suscitou um escrito de

²⁹ A edição aqui utilizada é *Sociologia e Desenvolvimento; temas e problemas do nosso tempo*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

³⁰ Também criticado por GR, que ironicamente o chama “*doctor seraphicus* da sociologia no Brasil”, cujos trabalhos “nacionalmente desnecessários” seriam mais conhecidos no exterior que aqui, assim, a carreira de Mário Lins teria “sido feita no estrangeiro, embora nunca tenha saído do Brasil...” (RAMOS, 1953, 15).

³¹ Não obstante as divergências entre eles, e o fato de naquele momento Costa Pinto fazer coro às críticas de Florestan Fernandes a Guerreiro Ramos, Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA (1989, 201) situa-os – GR e CP – ocasionalmente, num mesmo campo ao abordar as condições da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, em contraposição às de São Paulo: “Com efeito, a discussão sobre a relevância política do conhecimento produzido e sobre seu compromisso com a ação transformadora constituiu-se o tema recorrente, quase obsessão, das Ciências Sociais feitas na capital do país [então o Rio de Janeiro]. O compromisso com a política prática tornou-se, além do mais, elemento de diferenciação polêmica frente à Sociologia acadêmica que se praticava em São Paulo. Esse debate, que se iniciou com o artigo de Costa Pinto, ‘Sociologia e mudança social’, de 1947, e se inflamou com as diatribes de Guerreiro Ramos, na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, de 1954, pontuou todo o período. Ele, de certa maneira, expressa a relação entre formas distintas de conceber a função das Ciências Sociais e, sobretudo, as condições em que ela começou a se transformar em disciplina acadêmica, nos dois principais centros urbanos do País”.

³² Neste livro, GR passa em revista a sociologia no Brasil e começa ali a empreender uma crítica sistemática da sociologia e dos sociólogos, principia ele: “O ideal dos sociólogos é a sociologia ‘universal’, isto é, uma sociologia histórica [*sic*] e sobretudo nacionalmente descomprometida, uma sociologia tanto quanto possível aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática” (RAMOS, 1953, 7); continua: “O ideal da sociologia universal nos países líderes do pensamento sociológico é assim um sintoma de etnocentrismo. Nos países culturalmente coloniais é uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite” (*ibidem*, 9). E finaliza: “A tarefa iminente da sociologia no Brasil ... é aplicar-se na denúncia destas e de outras alienações vigentes em nosso meio, é aplicar-se na criação das molduras intelectuais da nação, em difundi-las em massa até transformá-las em comportamentos automáticos generalizados ... O problema da organização da sociedade brasileira ... é primordialmente o problema da forma mesma que esta sociedade deve assumir, forma que, no caso do Brasil, tem de ser obra de criação sociológica. A pesquisa desta forma é o tema número um da sociologia no Brasil” (*ibidem*, 40-1). Frente à torrente ácida que constitui o livro, o próprio autor assinala em nota prévia que “a elaboração deste estudo foi uma das tarefas mais desagradáveis que empreendi”, e, diante da solidão da espinhosa tarefa, lamenta: “...sabe Deus

Roger Bastide - “Carta aberta a Guerreiro Ramos” - na revista *Anhembi*. Precavido, Bastide imprime um tom pessoal, quase íntimo e propõe uma “amigável palestra”, afirmando:

Somos obrigados a aceitar o seu ponto de partida. A ciência não é, como outrora se julgava, totalmente desligada dos sábios que a estudam e, como esses cientistas pertencem à nações ou a classes sociais diferentes, as condições nacionais ou econômicas acabam por refletir-se até no conhecimento que pretende ser objetivo.

...

... isto posto, é preciso fazer três observações. Em primeiro lugar, que tais condições que pesam sobre a pesquisa são mais econômicas que nacionais. É mais ‘fácil’ falar de uma sociologia burguesa que de uma sociologia inglesa, ou italiana, por exemplo. E isto já abre o caminho para a constituição de uma teoria sociológica válida mais universalmente, através de toda burguesia ou de todo proletariado ... em segundo lugar, a ciência tende assumir a forma de uma atividade coletiva, em que todo país contribui com a sua quota, em que uma pesquisa começa na Alemanha, continua na Rússia e termina, por exemplo, nos Estados Unidos, sem se preocupar com as fronteiras que separam as pátrias; ... por fim e sobretudo, deverá essa verificação da sociologia do conhecimento ser erigida em valorização? O fato deverá ser transformado em direito? E, a pretexto de que as condições nacionais ou econômicas intervêm, será preciso concluir que não

como é incomodo pensar em voz alta. Melhor, eu o sei, seria escrever um estudo sobre colocação de pronomes...” (*ibidem*, 5-6).

devemos trabalhar senão pragmaticamente, a favor desta nação ou daquela classe, e não objetivamente?

... estou de acordo com Max Scheler em que as condições exteriores à pesquisa são *idola* do gênero dos de Bacon, contra os quais é preciso lutar. Ou de Mannheim, segundo o qual a classe dos intelectuais podia até certo ponto transcender as lutas das ideologias para estabelecer o dicionário das equivalências entre as diversas ‘perspectivas’ da ciência (BASTIDE, 1952, 521-2).

Nota-se que o autor tenta cuidadosamente demarcar a independência do conceitual sociológico em relação a contextos afetivos e políticos, mas não *sociais*, o que não é gratuito, pois reflete uma sensibilidade quanto às especificidades das várias sociedades; o que aflora assim é a intenção de expurgar os conteúdos ‘valorativos’, que descredenciariam a sociologia como ciência e a rebaixariam à ideologia.

... não há uma ciência de importação e uma ciência nacional. A sociologia é uma ciência universal ou que se esforça por encontrar um sistema de conceitos universais, desligados de qualquer contexto afetivo ou político ... devemos esforçar-nos para passar ... à situação do homem no ‘universo da ciência’, que é o único autônomo (*ibidem*, 522).

O sociólogo brasileiro – no entender de Bastide - deveria servir-se dos métodos e conceitos vindos do exterior para o desenvolvimento da ciência, e assevera: “a alienação é um defeito, mas ... é o nacionalista que está alienado, e é a gratuidade que nos liberta”. Nesse aspecto, um tipo de estudo objetivo deveria então pautar-se pela generalidade, buscando tornar-se acessível a todas as culturas pois...

... o que caracteriza o trabalho científico sobre o negro brasileiro não será explicar fatos como o *candomblé* ou o *batuque* através de conceitos de uma ciência universal, através de categorias que não são válidas para o negro somente, mas também para o branco e para todos os homens, qualquer que seja a cor da sua pele? Levar o individual ao geral, situar os fatos brasileiros no conjunto dos fatos sociológicos já estabelecidos: é o mesmo que dizer que a ciência *mata o pitoresco*. É a sua sociologia particularista que se arriscaria a atirar-nos no anedótico, não a nossa (*ibidem*, 525).

Com base nas elaborações de GR – que buscava aplicar não os métodos importados mas aplicá-los à realidade brasileira –, o sociólogo francês responde estar “de pleno acordo”, entretanto, para ele, GR não estaria “contra a sociologia de importação ... mas contra a sociologia teórica” e para aquele na haveria se senão a “sociologia aplicada” (*ibidem*, 526). E adverte:

1) a sociologia revelar-se-á tanto mais fecunda quanto mais repousarem as suas aplicações em pesquisas teóricas inteiramente desinteressadas. 2) Não há uma ciência dos fins; a sociologia não nos pode dar valores ou ideais. Encontrar esses valores ou ideais, para um país dado, é a tarefa da *filosofia* social ou da política. O sociólogo não pode fazer outra coisa senão indicar os melhores meios para realizar fins que lhe são dados de fora ... Uma sociologia ‘valorizada’ como você parece por vezes desejar, seria uma sociologia falsificada. E como é fácil confundir os interesses do próprio partido ou da própria classe com os da nação, ela seria mais prejudicial do que útil ao Brasil (*ibidem*, 526).

E finaliza: “a sociologia será internacional, como a física, ou não existirá. Será desinteressada antes de tudo ou não terá aplicação prática. Seu admirador devotado – Roger Bastide” (*ibidem*, 528).

V. Florestan Fernandes: do padrão científico à sociologia engajada

A trajetória de FF por certo não é retilínea, avança incrementando complexidades e refazendo-se continuamente, se nos anos 50 – máxime em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” (de 1958) - investe contra a mácula do padrão científico por critérios exteriores, em *A sociologia numa era de revolução social* - coletânea de artigos escritos entre 1959/1962 e editada em 1962 - já pode-se notar, como o fez GR ao ler “A sociologia como afirmação” (um dos artigos), uma variação no leme: passa a relevar a problematização da construção do conhecimento e seus sujeitos nas sociedades latino-americanas, as opções, as responsabilidades e as tarefas que urgem em cada formação social, distancia-se do puritanismo científico e enfatiza o questionamento da função social do sociólogo.

Se *A sociologia numa era de revolução social* assinala um ponto de virada, *A sociologia no Brasil* é um livro paradigmático³³: por meio da heterogeneidade dos ensaios - que vão de 1947 a 1976 - é possível vislumbrar de modo panorâmico os rumos que o pensamento do autor tomou. Já no prefácio, uma ponderação de extrema autocrítica: o

³³ Significativo também é *A revolução burguesa no Brasil* (escrito entre 1966 e 1974), no qual a diversidade - especificamente o contraste entre a primeira/segunda e a terceira partes - identifica o movimento de viragem das concepções do autor. No início do livro predominam a influência weberiana e as relações estruturais - funcionais, ao final, um certo marxismo norteia a preocupação com as relações sociais de dominação e as classes sociais. Tal transigência denotada pelas partes do livro, todavia, não deve ser exacerbada, vez que FF professava uma orientação que procurava adequar o método ao objeto em questão e, o uso de certo instrumental mais ‘eficaz’ à análise da ordem seria mais indicado para abordar os primórdios da revolução burguesa no Brasil, já o marxismo, presente ao final do livro, seria mais eficiente no estudo da sociedade de classes (mais dinâmica), predominante no momento de consolidação do processo.

radicalismo científico teria servido como “escudo protetor” e “recurso de auto-afirmação” para ele e seus colegas uspianos evitarem a incorporação pelas elites! (FERNANDES, 1977, 14); o argumento contrasta com o sociólogo que cita Weber – e afirma que “tomar uma posição política militante é uma coisa, e analisar as estruturas políticas e as posições partidárias é outra” – e proclama seu jacobinismo científico (no ensaio “Considerações sobre os estudos sociais no Brasil”, escrito em 1948): “A medida que é um cientista por ‘vocação’, precisa lutar contra todas as tentativas de mistificação do conhecimento científico, venham de onde vierem – do Estado, de grupos políticos, de instituições religiosas ou leigas” (*ibidem*, 82).

Segue-se então “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” e, após, uma perceptível mudança de rumo numa espécie de autobiografia intelectual cujo nome já é bastante sugestivo – “Em busca de uma sociologia crítica e militante” (escrito em 1976); neste ensaio o autor afirma “deixar cair as máscaras” e traça seu percurso em busca de uma sociologia engajada na companhia de Marx e Mannheim e apesar da “contaminação naturalista” que se impingiu; revela ainda seu passado trotskista³⁴, a descoberta da importância da intervenção racional como elemento pragmático ao alcance do investigador e a necessidade do movimento socialista para firmar as posições do sociólogo.

“A geração perdida” (escrito em 1976 e também presente no livro) expõe os dilemas do cientista social numa “sociedade dependente”: como utilizar a cultura importada? Como situar-se frente aos desafios da ordem? Florestan responde lembrando os trapezistas que voam – talvez para a morte, acrescenta – sem rede protetora: “nós éramos os trapezistas e coube-nos decidir o que fazer com a *massa de cultura importada*” (*ibidem*, 225, itálicos do

³⁴ FF foi militante - até meados da década de 50 - do PSR (Partido Socialista Revolucionário), de orientação trotskista, filiado à IV Internacional. Estimulado por Hermínio Sacheta, dirigente do partido, privilegiou a carreira universitária em detrimento da militância estrito senso. Sobre o episódio ver COGGIOLA (1995).

autor)³⁵. Quanto à função do sociólogo, desafia: “em uma sociedade capitalista dependente e subdesenvolvida, a *intelligentsia*, por mais crítica e militante que seja, ou submerge no movimento socialista revolucionário, se este existir, ou se condena a viver como farsa a tragédia da *burguesia nacional*” (*ibidem*, 232).

O distanciamento científico torna-se apelo mobilizador, não obstante a tentativa de distinção entre o popular e o populista, é notória a aproximação com o povo e a elevação deste à condição de sujeito, à maioria política; observa-se também uma busca pela refuncionalização da *intelligentsia* e o afastamento com relação à posição mertoniana do “*unattached intellectual*” (o intelectual desvinculado).

A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: por o Povo no centro da história, como mola mestra da Nação e da revolução democrática. Numa era de palavras gastas, impõe-se evitar as orgias verbais. O que *devemos fazer* não é ‘lutar pelo Povo’. As nossas tarefas possuem outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro, para que ele adquira, com a maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria.

³⁵ Continua ele “a indústria de enlatados culturais [expressão digna da verve de Guerreiro Ramos!], tão conhecida em países que sofreram o processo na mesma escala ... não era bem conhecida no Brasil. E os mestres europeus, que nos *puseram em dia com a cultura*, viam os seus papéis de uma perspectiva iluminista ... E percebíamos que tudo estaria perdido se nós próprios não nos impuséssemos o dever de produzir conhecimentos de maneira autônoma, *não imitando os nossos mestres, porém reproduzindo o seu estilo de trabalho*. O busílis da questão estava aí. O que devíamos absorver não era o seu ensinamento. O que estava em jogo eram padrões de organização institucional, de trabalho intelectual e de crescimento da cultura. Nessa área é que devíamos concentrar o nosso esforço criativo, para transplantar para o Brasil valores, técnicas e instituições que permitissem produzir conhecimento científico, filosófico, literário ou artístico de modo original e com o máximo de autonomia (*ibidem*, 225-6, grifo nosso, itálicos do autor).

... a *intelligentsia* apenas deixa de ser prisioneira de certas propensões e limites, impostos de fora para dentro pela rede institucional de profissionalização dos papéis intelectuais ou mediante a socialização burguesa e conservadora do intelectual (*ibidem*, 246-7).

Por fim “Sociólogos, os novos mandarins” - breve comunicação proferida na Universidade de Toronto, em 1969 - encerra o livro como um panfleto, um contundente manifesto de um sociólogo paradoxalmente reconhecido e rebelado que já assume publicamente sua conversão a um outro modo de praticar a ciência: “eu sou, ao mesmo tempo, sociólogo e socialista” (*ibidem*, 268).

No entanto é em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (de 1973), particularmente em “Sociologia, modernização autônoma e revolução social” - um dos artigos, redigido em 1970 - que a revisão do papel da sociologia e de seus agentes mostra-se com maior clareza. O autor critica duramente a instituição acadêmica e os sociólogos fiéis a ela: a universidade, a comunidade acadêmica - guarda-chuva da integridade do *unattached intellectual* - passava à condição de agente de contágio do servilismo à ordem e da domesticação do saber.

... até agora, a Sociologia (e com ela os sociólogos) nunca passou de ‘serva do poder’. Mas isso não se deu porque a Sociologia esteja condenada a ser e a manter-se uma ‘ciência burguesa’. A razão é outra. As universidades, os centros de pesquisas e os condicionamentos exteriores da própria sociedade impregnaram a Sociologia (e com ela os sociólogos) de orientações ideológicas que neutralizaram todas as dimensões do conhecimento sociológico que possam transcender e negar a ordem social

existente (e, portanto, ajudar a superá-la). A maioria dos sociólogos adaptou-se, por treinamento e por outros motivos, a essa conformação mais ou menos imposta e dirigida (FERNANDES, 1981, 126)³⁶.

FF assinala que num país dependente a ideologia da nação hegemônica acabaria por converter os intelectuais daquele país em “seus porta-vozes e delegados” (*ibidem*, 140) - definição extremamente próxima do que Guerreiro Ramos chamou de “sociologia consular”. Redefine então o papel dos sociólogos quanto às responsabilidades no “controle racional da mudança social” mencionando Mannheim e *Homem e sociedade numa época de reconstrução social*, todavia, observa agora que faltaria a este (nesta obra) “*um passo decidido na própria imersão do sociólogo nas escolhas radicais, que não podem mais ser evitadas*” (*ibidem*, 144, itálicos do autor).

Questão de tempo, a ultrapassagem de Mannheim e da noção de *intelligentsia* como camada intersticial dá lugar às escolhas radicais e partidárias, o intelectual não poderia mais pairar acima dos interesses, deveria conspurcar-se na luta de classes - sem que isso o levasse a distorcer sua função de cientista:

A militância política do sociólogo como e enquanto cientista não exclui – nem deve excluir – a sua militância política como ativista de um movimento político-social ou de um partido. Contudo, se o sociólogo se submete à segunda forma de militância, esquecendo-se que tem papéis intelectuais imprescindíveis ou insubstituíveis na primeira, ele destrói sua própria condição de sociólogo e anula a Sociologia como força intelectual da situação histórica (*ibidem*, 156-7).

³⁶ Tais palavras lembram a crítica de Costa Pinto à “sociologia acadêmica”, quando de seu debate com FF.

Ciência e militância estão juntas, não justapostas ou hierarquizadas mas conectadas dialeticamente, a ciência compartilhando as experiências da militância e esta incrementando-se com as possibilidades do conhecimento. FF aproxima-se de Lênin e posta-se mais longínquo de Merton e Mannheim.

Quanto à transplantação de idéias, observa que não se deveria relegar conceitos, técnicas e teorias que se mostraram eficazes na análise e interpretação nos países de capitalismo hegemônico, “todavia, a importação de conceitos, técnicas de investigação e teorias tem de ser complementada por um saber que leve em conta os elementos variáveis, mais ou menos exclusivos do tipo de capitalismo implantado na América Latina” (*ibidem*, 130). Vê-se que o autor não mais menospreza o problema da importação de idéias em favor de uma suposta universalidade indefectível da ciência, mas redefine-o nos termos das condições histórico-sociais: o capitalismo dependente (em suas relações globais) e não a nação seria o referencial que ancoraria a análise da questão. Destarte, há que ressaltar que para ele a América Latina não era uma realidade homogênea, cada país, cada formação social, possuiria características próprias, além disso, a questão não se imporá de modo a revelar apenas uma unidade de análise (modo de produção capitalista, capitalismo dependente ou formação social específica) mas sim uma articulação dialética entre o geral, o particular e o singular.

Em uma entrevista (em 1975) avaliou sua contribuição e de seus colegas da USP na questão em voga assinalando que já dispunham de uma visão clara a respeito do que o cientista social deveria fazer na situação brasileira, latino-americana ou de países subdesenvolvidos, “estudar as condições intrínsecas desses países”, uma vez que – afirma ele - “na medida em que o nosso trabalho cresceu, nós tivemos de enfrentar os dilemas de tentar construir uma teoria sociológica original, adaptada à situação brasileira

(FERNANDES, 1975b, 17-8). Concluiu daí pela exigência da tarefa de fundar a autonomia do pensamento social brasileiro.

... procurei me proteger da sedução fácil porque acho que a marca negativa do intelectual brasileiro é a rapidez com que ele adere às transformações da moda no exterior. Isso não se aplica só contra conservadores ou liberais; aplica-se também contra a esquerda. Eu acompanhei várias 'ondas': vi como Lukács foi substituído por Goldmann, depois Althusser; e, agora, Althusser também está indo 'para as cucuias'. Isso tudo é desmoralizador, O que devemos ter e defender em termos de formação teórica básica? Temos capacidade crítica de seleção ou não temos? Se temos, devemos ser capazes de ler livros, selecionar deles a contribuição positiva e construir um caminho próprio de contornos definidos. Tenho a impressão de que aí está uma lacuna terrível, que precisa ser superada. É necessário um amadurecimento intelectual que nos dê a capacidade de reagir com um mínimo de energia intelectual e inclusive de pensamento criador. Dirigir a nossa própria via intelectual, não oscilando como se afinal de contas estivéssemos à mercê do último livro que chega no último vapor, no último pacote. Isso era a situação do século XIX. E continua a ser a situação hoje (*ibidem*, 83).

Quanto ao trabalho sociológico não há que se enganar, entretanto, quanto à possível acomodação do pensamento do autor a uma posição engajada que faria dos princípios (éticos, políticos) barricadas contra a contaminação: a dinâmica do pensamento de Florestan Fernandes avança no sentido de revitalizar o fazer científico por meio do conhecimento dos condicionantes sociais que emoldurariam as concepções, as elaborações

teóricas, mantendo um tratamento crítico dos valores que, mesmo considerando a guinada em sua posição sociológica, desconfiava de si mesmo e mantinha estreita relação com os limites científicos que balizariam a objetividade.

Em artigo escrito em 1975 (“Sociologia e socialismo”)³⁷, revela a tensão presente na sociedade capitalista entre “as forças que operam a partir da ‘estrutura íntima’ da economia capitalista, da sociedade de classes e do Estado burguês” e, de outro lado, as que “nascem das alternativas socialistas”, tensão essa que tornaria “difícil a autonomia crítica do intelectual”.

Não podemos fugir a ela [a tensão], qualquer que seja a nossa condição econômica, social ou política. E o sociólogo se defronta, por sua causa, com uma dura realidade permanente: seus papéis intelectuais específicos são apanhados nas malhas dos impasses com tal intensidade que ele se vê na contingência de refletir sobre as conseqüências do condicionamento externo sobre as exigências do pensamento inventivo na ciência e de procurar meios para defender os requisitos da indagação científica objetiva em seu campo de trabalho (FERNANDES, 1995b, 159).

Vislumbra então que as pressões contra a objetividade viriam tanto da ideologia burguesa como da contestação, ainda assim, descarta a neutralidade e assevera que os intelectuais “perderam a liberdade de omissão”, consignando que seria “impossível (e também indesejável e improdutivo), separar a investigação sociológica do movimento socialista, isolando a sociologia do socialismo ... [pois] a realidade impõe que ambos

³⁷ Publicado originalmente no jornal *Opinião*, em 20/7/1975, sob o título: “Sociologia – tirando o socialismo da quarentena”.

avancem interligados, influenciando-se de maneira permanente, profunda e fecunda” (*ibidem*, 160).

No seu entender a objetividade não seria incompatível com a militância pois “os critérios de verdade da ciência valem tanto para a explicação da realidade quanto para a sua alteração”, e mais, o compromisso poderia trazer lucidez ao pensar - “temos que arcar com a responsabilidade de saber em relação a que somos funcionais (ou instrumentais)” (*ibidem*, 163). A crítica a Weber está aqui implícita, uma ética da responsabilidade (apanágio do cientista) que desconsiderasse a convicção poderia levar a uma posição política ingênua ou omissa. No limite, militância e objetividade seriam mesmo intrinsecamente ‘complementares’: “só do socialista o sociólogo pode retirar uma autêntica vocação sociológica crítica” (*ibidem*, 162). Caberia ao sociólogo então os seguintes deveres:

Primeiro, é obrigação fundamental do sociólogo impedir, por todos os meios possíveis, toda e qualquer corrupção da investigação sociológica. He não pode absorver e dar validade a formas de controle do pensamento que destruam a eficácia do pensamento científico (ou seja, do pensamento sociológico). Segundo, o sociólogo pode (isto é, dispõe de meios intelectuais de autodefesa) e deve exercitar uma militância profissional intransigente, para resguardar a imaginação sociológica (no sentido indicado³⁸), de qualquer forma sistemática de corrupção espontânea ou institucionalizada (*ibidem*, 164).

³⁸ A ressalva diz respeito - aparentemente pois FF não o cita - a Wright Mills, cuja concepção de *imaginação sociológica* seria objeto da seguinte crítica: “A verdadeira imaginação sociológica só existe e floresce onde há uma compreensão crítica da ordem existente e uma projeção responsável dos papéis intelectuais dos sociólogos nos processos de transformação revolucionária dessa ordem. Situar a imaginação sociológica em um plano estritamente formal, como uma espécie de embate abstrato de tendência ontológicas e metodológicas em pugna, representa também uma forma de evasão. Qual seria a eficácia prática da contribuição intelectual do sociólogo se ele se omitisse diante dos ‘grande dilemas históricos’?” (FERNANDES, 1995b, 163).

Esboça-se uma dialética entre valores e fatos, militância e objetividade, autonomia e compromisso.

Já ao enfrentar a questão da universidade - em *Universidade brasileira: reforma ou revolução* (de 1975)³⁹ - detectava uma “senilização institucional precoce” e propugnava uma mudança na universidade que a capacitasse a cumprir uma função de “universidade para o desenvolvimento” – sendo este concebido como “o equivalente da revolução dentro da ordem e acelerador da renovação burguesa nos limites da independência nacional”, uma revolução democrática que romperia as estruturas e liames das relações de dependência (FERNANDES, 1979, 107). Procede então a revisão crítica do papel da universidade no Brasil.

O padrão brasileiro de escola superior nunca deitou raízes em concepções, processos ou valores educacionais que foram vitais para a revolução do mundo moderno, na Europa ou nos Estados Unidos. Ao contrário, ele prendia -se a uma composição de resíduos educacionais ou institucionais arcaicos com interesse estamentais ou de classes, que só poderia ter algum sentido dinâmico no contexto histórico da formação do capitalismo dependente no Brasil. Não só estava montado para servir às relações de dependência; dava suporte a uma orientação tipicamente conservadora, que esvaziava a contribuição das escolas superiores para a *transplantação cultural* de significado histórico mais ou menos perturbador. Em conseqüência, operava como uma sorte de

³⁹ Reúne ensaios escritos a partir de conferências realizadas em 1968 – ainda num momento de crença na futura realização de reformas estruturais por parte da esquerda - e publicados mais tarde. A obra deveria ser lançada em 1968 mas a pressão autoritária fez com que uma grande editora abandonasse o projeto, somente em 1975 outra editora (Alfa-Ômega) ousou editar a obra.

agente mecânico de transferência cultural, restringindo as inovações ao âmbito do pensamento abstrato, da falsa erudição e das racionalizações compensatórias, que movimentavam verbalmente os símbolos do ‘progresso cultural’. O conceito de *alienação* é insuficiente para descrever o substrato material ou moral e o clima de idéias em que se movia aquele ensino superior. Mais que alienação, o que ficava por trás do padrão brasileiro de escola superior era um farisaísmo intelectual sistemático, tão tosco e provinciano quão arrogante e anti-social. Ele não só entretinha ‘ilusões de progresso’. Alimentava uma consciência educacional perversa, que projetava a realidade de forma invertida e segundo *categorias intelectuais inviáveis*. Tudo isso possuía sentido, mas não para a negação dos laços de dependência cultural e a superação do subdesenvolvimento: para um jogo de simulação histórica, que pretendia infundir à *sociedade civil* [itálicos do autor] as aparências ideais de uma ‘sociedade altamente civilizada’ (*ibidem*, 112-3, itálicos nossos).

Ao abordar as idéias de dependência e subdesenvolvimento como processos de submissão cultural, Florestan dialogava com o ISEB e principalmente com Guerreiro Ramos; afastava a utilização da categoria de alienação mas reafirmava o farisaísmo acadêmico, a falsa profundidade e erudição, o deslocamento conceitual, a transplantação cultural e o arrivismo travestido de objetividade.

Após o breve interregno que é *Circuito-fechado*⁴⁰, em *A questão da USP* (de 1984), FF completa o ‘acerto de contas’ com a universidade por meio da instituição que o gerou, de saída, adverte que:

... é preciso não exagerar a importância em si e por si da USP. O fechamento, provocado pelo golpe de 1964, deixou pouco espaço às ações políticas mais ou menos livres. Em consequência, houve uma tentativa obstinada de convertê-la no umbigo do mundo, no centro da realidade, no alfa e no ômega da ‘revolução dentro da ordem’. Convém não repetir esse engano tático. Em um país como o Brasil, mesmo nas linhas de frente de combate à dominação cultural e ideológica da burguesia, a verdadeira luta é a que emerge do movimento operário, do protesto sindical, da pressão dos humildes por pão, terra e liberdade. Esse deveria ter sido e continua a ser o eixo da reforma da USP ou de qualquer tipo de reforma que possua sentido e efeitos revolucionários (FERNANDES, 1984, 9).

Condenava a delação e o colaboracionismo na USP - que “foi arrastada à condição mais vergonhosa e impura” -, emitindo não apenas uma condenação moral, mas sobretudo política; para ele, haveria uma “*inteligência contra-revolucionária ativa* na USP”, que “não só participou da conspiração contra a República e contra a democracia; ela assumiu o papel de uma vanguarda contra-revolucionária devotada e ardente, servindo à ditadura em todas as posições na quais esta precisou das *elites conservadoras esclarecidas* (*ibidem*, 50).

⁴⁰ Publicado em 1976, os artigos que o compõem - elaborados entre 1966 e 1976 - também espelham o processo de transição do autor, entretanto, representa um momento de hesitação, de tentativa de entendimento sociológico dos comportamentos intelectuais, quase um ‘passo atrás’ em relação aos rumos dos últimos trabalhos, situando-se entre a perplexidade de uma possível traição dos intelectuais e a esperança de uma opção destes pelo povo - embora permeada por uma visão iluminista. A crença na universidade e na capacidade desta de elaboração científica e de transformação social ainda perdurava.

A mãe havia se tornado ‘madrasta’, era o fim de um amor de quase 30 anos, o filho pródigo havia assistido a mácula da mãe esposada pelo regime ditatorial. Esse processo é o coroamento de uma transformação que evoluía desde o fim dos anos 60 e não uma mera mágoa, os episódios de 1969 foram a gota d’água que obrigou FF a repensar a relação universidade-sociedade, nessa análise, a primeira perde importância e autonomia relativa com relação à última.

Liberação na sociedade para que haja liberação na universidade, eis a plataforma que defendo. Ela não nasce de uma utopia nem de uma alucinação. A regeneração da USP será mera retórica enquanto a revolução democrática não atingir, em ritmos amplos, intensos e persistentes, ambas as polaridades. Em 1963 e nos anos seguintes, pretendia-se ‘reformar a USP’ sem revolucionar a sociedade ... No clímax das duras lutas travadas nos anos de 67 e 68, eu me via obrigado a repetir: a revolução não pode ser feita dentro da USP, é preciso levá-la para a sociedade...

Conclui então que as universidades são instituições mais ou menos conservadoras” e que só se liberaram e se regeneraram completamente “quando as revoluções sacodem as sociedades, impõem universalmente o seu próprio figurino e os seus próprios ritmos de mudança social e cultural (*ibidem*, 68-9). E que a USP (e a universidade em geral) precisaria não de projetos técnicos de reforma mas de “projetos políticos de reforma, de conteúdos explicitamente socialistas (*ibidem*, 73-4). Pode-se questionar se FF não estaria cometendo aqui o erro que apontou acima, como seria possível um conteúdo socialista numa sociedade não-democrática? Mas deve-se notar que um “projeto socialista”, na concepção do autor, equivaleria a uma meta, um plano político para a universidade.

Dessa maneira, a universidade perde seus ares olímpicos, a comunidade acadêmica seus laços de solidariedade, a *intelligentsia* sua relativa independência e mesmo seu conteúdo progressista imanente, já que haveria também uma inteligência conservadora; a luta de classes invade a academia, retira-lhe as máscaras e põe à mostra seus conflitos. É o fim da ilusão acadêmica.

Com *A natureza sociológica da sociologia* (de 1980) completa-se a evolução para novas posições, após a crítica da universidade, da USP, da *intelligentsia*, dos intelectuais, cabia levar a termo a crítica da sociologia e da sua própria condição de sociólogo. O tom é pessimista:

... não pretendia voltar nem à condição de professor nem aos temas acadêmicos. Depois de 1969, a minha identificação com a sociologia e com os papéis intelectuais do sociólogo sofreu uma crise ... a sociologia perdeu o seu encanto, para mim; e o sociólogo profissional converteu-se numa pessoa que luta mais para sobreviver e ganhar a vida – enfim, para preservar e reforçar sua condiçãozinha de *classe média* – do que pela verdade inerente à natureza científica e, portanto, revolucionária da explicação sociológica.

... sob o capitalismo ... os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a *sociologia como ciência*, quanto os *papéis intelectuais construtivos* do sociólogo (FERNANDES, 1980, 13, itálicos do autor).

Se por um lado vigia o pessimismo quanto à condição do sociólogo, por outro, explicação sociológica, ciência e revolução estavam imaneamente unidas. Mas tal pessimismo não deixa de ser revelador de circunstâncias especiais para quem foi

considerado por Fernando de Azevedo, a mais completa vocação de sociólogo que jamais teria visto.

Agora, os padrões científicos não serviriam mais de bússola, já que “a constituição de um ‘*corpus* teórico’ pura ou predominantemente científico não alimenta processos específicos de constituição, crescimento e aplicação em larga escala de uma tecnologia central ou tendencialmente *científica* (*ibidem*, 25). Já os sociólogos estariam indissolúvel e fatalmente condicionados pela sociedade e seus desígnios, a própria solidão intelectual teria um caráter escatológico, pois se desaparecidos “todos os vínculos, institucionais, morais ou políticos, o sociólogo fica entregue a si próprio. Mesmo que, compensatoriamente, ele se defina como um ‘lobo solitário’, ele fica condenado à extinção prolongada e à autodestruição, pois terá de comer as próprias entranhas (*ibidem*, 14).

A sociologia – obviamente - também não escaparia às tensões sociais, por ter-se iniciado na ordem burguesa nasceria já “estilhaçada”, refletindo “o caráter antagônico da civilização capitalista”, daí oscilar entre a “dominação” e “revolução” (*ibidem*, 27)⁴¹; entretanto, com o advento do capitalismo monopolista a “depreciação burguesa” da sociologia - por meio do pólo “dominação” - enterrou a “grande ciência” da sociologia clássica, afastando-a de uma “visão exigente de autonomia intelectual do sociólogo” e da “compulsão criadora que fundia a imaginação sociológica à fermentação cultural do universo burguês”.

... [À] responsabilidade intelectual’ dos grandes sociólogos sucede -
se um equivalente ambíguo na forma de uma atitude profissional
asséptica, ditada pela ‘neutralidade ética’. Não estamos, porém,
diante do ‘fim das ideologias’. O que se enterra são as promessas

⁴¹ Uma linha evolutiva de pensamento sociológico crítico ou contrário a ordem é por ele identificada em Rousseau, Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Marx e Engels.

de uma *intelligentsia* sociológica calibrada por uma fixação utópica, que desapareceu na época atual (*ibidem*, 43)⁴².

Seria “ao nível da polaridade ‘revolução’ que a sociologia poderia liberar se de toda impregnação inibidora ou restritiva” e o sociólogo afirmar-se como um “intelectual orgânico do proletariado”; à sociologia crítica, negadora da ordem, não bastaria “a função pedagógica do ‘esclarecimento da consciência’ e do uso racional das melhores alternativas de aproveitamento dos recursos materiais e humanos disponíveis”, ela - cujos “nervos procedem do movimento socialista” - não seria “nem um ‘sucedâneo’ nem um ‘equivalente’ do socialismo”, e só seria “instrumental para ele na medida em que o próprio movimento socialista alcança vitalidade suficiente para apossar-se do pensamento sociológico ... e utilizá-lo como ‘arma teórica’ e ‘recurso de análise’ para os seus fins (*ibidem*, 32).

Busca o autor aprofundar a dialética entre ação e pensamento, teoria e prática: “como afirmou Lênin, sem teoria revolucionária não há revolução. Ao que se poderia agregar, sem revolução não há como verificar-se, comprovar e refundir uma teoria revolucionária” (*ibidem*, 33). Sociologia e revolução torna-se a única conjugação possível, sendo que a sociologia poderia ser algo *instrumental* para a revolução – cumprindo função de postar-se a serviço da revolução⁴³.

⁴² Segue-se: “A ficção de que tais promessas são intocáveis é defendida pelos que se inculcam como herdeiros e continuadores dessa ‘herança clássica’ (ver, principalmente, alguns ensaios de Merton, R. K. e outros. *Varieties of political expression in sociology*)”. O legado de Merton é finalmente superado (*ibidem*, 43-44).

⁴³ As formulações de FF passam a acusar forte influência do revolucionário russo, na introdução a uma coletânea de textos daquele, afirma: “Lênin deslocou a preeminência para a prática ... graças à situação e à experiência revolucionárias, o marxista russo ganhava uma nova compreensão da prática (e por meio dela, da teoria), definindo ambas a partir da revolução e da ação revolucionária (e não de suposições de como ‘transformar o mundo’). É nesse sentido que Lênin fala de ‘uma teoria revolucionária justa, que não é um dogma, e que não se forma definitivamente senão em estreita ligação com a prática de um movimento realmente maciço e realmente revolucionário. *Tal perspectiva não é a de quem pensa sobre a prática como uma condição de alteração do mundo; mas a de quem possui o domínio de um prática que atua efetivamente na alteração do mundo.* Deste ângulo, a prática ganha preeminência porque regula, ao mesmo tempo, a

Todavia, permanece uma tensão nas concepções do autor:

... o dilema psicológico, político e moral, para mim, aparece por causa da minha tentativa persistente de enlaçar a sociologia, *como ciência*, ao socialismo, como *movimento político revolucionário* (nas várias gradações: da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem; alternativas históricas que não dependem da vontade pessoal – eu prefiro a última, a ela dei minha adesão definitiva). Não compartilho da idéia-refúgio de que a ‘neutralidade científica’ e a ‘condição profissional’ isentam o sociólogo da *responsabilidade intelectual e política* (não só como um ‘momento de opção moral ou teórica’, mas também como um ‘momento de opção prática’: o que quer dizer que defendo toda a carga possível da saturação-limite dos papéis intelectuais dos sociólogos *não-servos do poder*, porém agentes do conhecimento e da transformação do mundo) (*ibidem*, 14-5, itálicos do autor).

Apesar da coroação do engajamento, o dilema persiste porque FF tem consciência de que tal referencial (sociologia-revolução) não poderia ser implementado como simples adesão, doutrina, ideologia, mas deveria ser objeto da práxis do sociólogo no contexto social. Para uma comparação, o dilema - em 1962 - se apresentava da seguinte forma:

Continuaremos a produzir um conhecimento insensível aos aspectos mais profundos e dinâmicos do controle dos problemas

acumulação e a verificação do conhecimento, tanto quanto a transformação da realidade” (FERNANDES, 1989b, 31, itálicos nossos). Assim, para Lênin, “De um lado, não existem objetivos especificamente *empíricos ou sistemáticos*, pois não existe também análise política ‘abstrata’ ou ‘neutra’ ... a lógica a que se submete semelhante pensamento político (e também o seu modelo de análise), não é formal nem intelectualista: é prática. Para atingir seus alvos, o conhecimento político produzido precisa ser aceito, reconhecido como verdadeiro e absorvido pelas massas, para em seguida manifestar-se através do seu comportamento coletivo” (*ibidem*, 35). Em Marx, Engels, Lukács, Trotski, Gramsci e principalmente Lênin, FF escolhe novas companhias de jornada.

sociais pelo homem – e então manteremos também nosso conformismo diante dos inconvenientes da situação imperante. Ou produzimos o tipo de conhecimento exigido pela intervenção racional nos problemas sociais humanos – e então seremos levados a refletir criticamente sobre os fatores que perturbam o uso social construtivo dos conhecimentos sociológicos na sociedade em que vivemos (FERNANDES, 1974a, 297).

A crítica, ao final, continha também – implícita - uma autocrítica.

VI. Guerreiro Ramos: salvação e crítica da razão

A redução sociológica - obra capital do autor, escrita em 1958 - é o esforço maior de Guerreiro Ramos para embasar a construção do conhecimento sociológico - e suas relações com seus condicionantes - e uma sociologia nacional, tal redução - acrescenta ele em prefácio à 2ª ed., escrito em 1963 - teria como sentidos básicos:

1) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira ... 2) redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma ... 3) redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (RAMOS, 1996, 11).

Conforme seu comentário, expresso em esquema (RAMOS, 1989, XVI-XVII), o primeiro sentido já teria sido desenvolvido nos seus trabalhos dos anos 50 - principalmente em *O processo da sociologia no Brasil* (1953), *Cartilha do aprendiz de sociólogo* (1954) e *Introdução crítica à sociologia* (1956) - e o segundo estaria presente sobretudo em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963); *A nova ciência das organizações* (1989), escrito em 1972/3, ocupar-se-ia do terceiro sentido. *A redução sociológica* seria a 'obra-síntese' dos vários sentidos (sem esgotá-los).

N' *A redução sociológica* GR lança-se à crítica afirmando que:

... as ciências sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia da dominação [de uma minoria de empresários capitalistas europeus que constituem o centro dominante do Ocidente e do mundo], na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo (RAMOS, 1996, 159).

... [também] não são imunes ao condicionamento histórico. Elas ... e principalmente as sociais, variam historicamente, e tem de ser examinadas à luz da reciprocidade das perspectivas. As ciências constituem, em cada período, um aspecto integrado numa totalidade de sentido. São tributárias da cosmovisão de cada período histórico e, conseqüentemente, não se podem pretender permanentemente válidas (*ibidem*, 160).

A redução sociológica - como método, atitude (científica e social) e também forma de posicionamento ontológico - teria, segundo descrição do autor, as seguintes características: “1) *É atitude metódica...* 2) *Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos ...* 3) *Postula a noção de mundo...* 4) *É perspectivista ...* 5) *Seus suportes são coletivos e não individuais ...* 6) *É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira ...* 7) *Embora seus suportes coletivos sejam vivência populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada*” (1996, 72-3, itálicos do autor).

Balizando a utilização da redução sociológica, estariam “leis”⁴⁴ que, ao sociólogo - ser-no-mundo, portador de uma existência social e histórica determinada -, caberia

⁴⁴ As aspas são de responsabilidade do autor, que por falta de termo melhor para designar processos sociais relativamente estáveis, nomeou-as assim.

entender e utilizar. A “lei do comprometimento” estabeleceria que nos países periféricos a idéia e a prática da redução sociológica estaria ao alcance somente daqueles sociólogos que adotassem “sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (*ibidem*, 105). A condição dos problemas colocados à ciência social também não seria aleatória, obedeceria à fase histórica na qual a sociedade se encontraria (“lei das fases”) e, ao sociólogo, cumpriria reconhecer a validade da “lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência”, entretanto, submetendo o conhecimento importado à “lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira”, só assim lhe seria possível utilizar-se da “razão sociológica”, isto é, “uma referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido” (*ibidem*, 129).

Na fundamentação teórica da redução repousa a noção de que a realidade social, em sua complexidade, seria tecida por entes em sistemática conexão de sentido, não sendo fortuitos os fatos da vida social mas “referidos uns aos outros por um vínculo de significação” (*ibidem*, 72)⁴⁵. Inferia daí a categoria *mundo*, na qual os sujeitos, sua consciência e os objetos estariam intrinsecamente relacionados, existindo em profunda imbricação uns com os outros; o homem como ser social, como ser-no-mundo (e ser-do-mundo) estaria fatalmente inserido num determinado contexto, suas ações, formas de consciência, valores, sua *visão de mundo*, estaria ancorada na sua existência (espaço-temporal) histórica e socialmente particular.

⁴⁵ Por vezes GR refere-se aos fatos sociais como fenômenos sociais totais, demonstrando que estava sintonizado com a crítica à qual era submetida a concepção de fato social (como algo, coisa) e, por consequência, o positivismo. Essa crítica, feita *desde dentro* por Marcel Mauss, sofria maior assédio *de fora*, mormente pela sociologia de influência fenomenológica, tendo em Georges Gurvitch e Jules Monerot alguns dos teóricos mais dedicados.

Assim, o pensar (o pensamento científico e a sociologia em particular) só poderia ser algo relativizado, relacionado, dirigido a partir de uma perspectiva determinada. O sociólogo, como sujeito investigador instrumentalizaria esse perspectivismo - que seria social e não individual⁴⁶ - na procura de um conhecimento *autêntico*, cuja *funcionalidade* estaria intimamente relacionada a uma *intencionalidade* dos sujeitos e referida à estrutura social e suas relações. Não haveria portanto posição neutra, equidistante ou superior; estariam os homens – e os sociólogos, no caso – condenados à ação: “todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação” (*ibidem*, 108).

Ganha assim alicerces teóricos mais sólidos a aspiração a uma “sociologia nacional” - antes demarcada pelo autor nos seguintes termos:

A sociologia, como toda ciência, é universal. É um método de pensar, corretamente, os fatos. Este método não é um na Alemanha, outro na Inglaterra, outro na França, outro no Brasil. É o mesmo em toda parte...

Mas a universalidade da ciência, como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. Esta diferenciação da sociologia é incoercível. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que o seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive. A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas de que trata. Desde que determinada sociedade se

⁴⁶ Embora qualifique a perspectiva como algo social, não há da parte do autor uma explicitação quanto à relação dessa com os grupos (ou classes) sociais, aparentemente, tal relação é pensada mais em termos de *nação* – que na construção do autor não excluiria as relações de classe mas que, em geral, enfatiza a existência social num espaço vital.

autodetermine, o trabalho sociológico tende aí a perder a disponibilidade e a tornar-se instrumento desta autodeterminação.

A sociologia, no Brasil, será autêntica na medida em que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade (RAMOS, 1957c, 25-6)

Há nessa construção débito evidente para com a fenomenologia e o a filosofia da existência: de Husserl tomou a noção de *redução fenomenológica* ou *epochê* como atitude *parentética* - de por entre parênteses a existência efetiva do (ou no) mundo - e as de *intencionalidade* e *perspectivismo* da consciência; já de Heidegger absorve os conceitos de *funcionalidade*, *ser-no-mundo* e *mundo*. Obviamente, a dificuldade de utilização sociológica destes conceitos fez GR reconstruí-los na medida de suas necessidades, expurgando, por exemplo, a transcendentalidade do sujeito (*eu*) em Husserl - substituindo-a pela determinação social - e a dimensão existencial e ontologicamente dada que conceitos como *ser-no-mundo* e *mundo* adquiriam em Heidegger, alterando-os no sentido de uma abordagem sociológica que privilegiava as condições efetivas de vivência e sociabilidade histórico-social, utilizando para tanto certas determinações do conceito de mundo elaborado por Mannheim. Há também, em certa medida, influência de Dilthey (e sua filosofia da vida) nessa construção - especialmente neste conceito⁴⁷.

De posse desse arsenal teórico, urgiria à sociologia crítica atentar para a práxis, para os “imperativos práticos” do saber, pois a redução sociológica não seria uma atitude

⁴⁷ Já a comentada influência de Hegel, cuja herança - e de “seus continuadores revolucionários” - ele próprio admite (RAMOS, 1957c, 213), parece ser um tanto remota, no sentido de que é mais um elemento geral de formação cultural que um autor constantemente presente em suas formulações. Talvez uma certa concepção dialética da existência - e possibilidades de autoconsciência - histórica esposada por GR seja devedora de Hegel. Quanto a Karl Jaspers, sua influência não é algo seminal, dá-se mais como presença de um epígono de autores ‘maiores’ (Kant, Weber, Kierkegaard, Heidegger etc.).

ingênua, desvinculada e desatenta de suas implicações, mas um expediente para a efetivação do saber *autêntico* – do conhecimento de uma determinada estrutura social derivariam responsabilidades e emanariam projetos, conhecer seria sobretudo transformar, e a transformação da realidade social não seria apanágio do sociólogo.

A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. *A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem*, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um *saber de salvação* (RAMOS, 1996, 10-1, itálicos nossos)⁴⁸.

Mais tarde, ao retomar a questão por novo ângulo, conforme outro significado da redução - em *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963) - afirma que a sociologia teria como vício de origem o comprometimento com a ordem burguesa (daí, segundo ele, os sociólogos evitarem o tema da revolução), entretanto, deveria - como “crítica da organização”⁴⁹ - ter como objetivo “submeter a existência social à reflexão, fundamentar-se

⁴⁸ O termo também foi usado por Hélio JAGUARIBE (1979a) num sentido cristão de saber revelado, Max SCHELER (1986, 52), no entanto, parece ser a fonte do conceito, pois em 1925 assim já se referia: “ao devir do mundo e ao devir intemporal do *próprio princípio* supremo ao seu modo de ser e existência, que atingem a ‘determinação’ do seu próprio devir somente no nosso saber humano ou em qualquer saber possível, ou pelo menos atingem algo sem o que não poderiam alcançar esta determinação. Chamemos esse saber, que tem por fim a divindade ... ‘saber de salvação ou de redenção’... que o nosso núcleo pessoal busca conquistar a participação no *próprio* ser e no princípio supremo das coisas, respectivamente onde esta participação lhe é concedida pelo próprio princípio supremo; ou então: é o saber onde o princípio supremo das coisas, enquanto se ‘sabe’ a si mesmo e ‘sabe’ o mundo em nós e por nós, alcança ele *próprio* seu objetivo intemporal, como ensinavam primeiro Spinoza, depois Hegel e Eduard von Hartmann; ele consegue uma espécie de *unificação* consigo mesmo, a libertação de uma ‘tensão’ e de uma ‘oposição originária’ que nele residiam”.

⁴⁹ O conceito de *organização* tem dupla existência na obra do autor, de início utiliza o conceito do mesmo modo que Alberto Torres (ver *A organização nacional*), com o significado de estruturação racional da sociedade, mais tarde, usa o termo de modo aproximado ao da sociologia contemporânea - embora sem abolir uso da primeira forma - no sentido de identificar a organização com o domínio férreo (por vezes burocrático) da vida social momento por meio das rotinas, sejam elas institucionais ou simplesmente cotidianas. Neste último sentido, quando GR define o termo - embora não o faça sistematicamente - limita-se a afirmar que a organização é “o segredo da servidão humana. É para os seres humanos o que a espécie é para os animais

na atitude parentética”⁵⁰, a saber, submeter à crítica incessante as condições sociais dadas e o próprio conhecimento que se quer hábil para fazê-lo. Assim, assumindo seu caráter de “saber de salvação”, a sociologia possibilitaria também aos leigos um posicionamento crítico no mundo, capacitando à interpretação da realidade da existência, tornando-a “autêntica”: “A ‘promessa’ da Sociologia é a de constituir-se num saber liberador, consistente em possibilitar ao cidadão comum, e não apenas aos especialistas, a qualidade mental que Mills [Wright] chama de ‘imaginação sociológica’” (RAMOS, 1963, 152).

Em busca da superação da ciência social contemporânea, *A nova ciência das organizações* – livro esboçado desde 1973 e só publicado em 1981 - inicia a árdua tarefa fincando raízes na distinção entre racionalidade formal ou instrumental e racionalidade substantiva. A *razão formal ou instrumental* seria aquela baseada no “cálculo utilitário de conseqüências”, na relação exclusiva entre meios e fins; a *substantiva* resgataria a “razão como categoria ética” (Escola de Frankfurt), independe de cálculos utilitários e expectativas de êxito (Weber), e revelaria percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos numa situação determinada (Mannheim), propiciando a existência da *boa sociedade* (Eric Voegelin)⁵¹. Segundo GR. “a racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana ... [que] deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral” (RAMOS, 1989, 23).

inferiores. Uniformiza as condutas, subordinando-as mecânica e dogmaticamente, reduz e até anula a liberdade”; sendo “pressuposto oculto da existência humana. É o veneno do cotidiano, cujos efeitos lesivos passam ordinariamente despercebidos. Somente quando se examina a existência humana do ponto de vista sistemático da organização, é que se pode perceber o quanto nela é patológico disfarçado em normalidade” (RAMOS, 1963, 147 e 149 respect.).

⁵⁰ Em sua definição “A atitude parentética transcende a organização, é uma característica destreza da vida culta, de existência superior, coisa de liberdade, que defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação” (RAMOS, 1963, 149).

⁵¹ As referências são fornecidas pelo próprio GR.

Pela primeira vez censura Weber e Mannheim - ambos por não ter levado adiante a distinção crítica entre as formas de racionalidade (*ibidem*, 47) - e passa a buscar subsídios para a tarefa também em outros autores (Escola de Frankfurt, Eric Voegelin etc.). A partir da crítica da razão investe contra a ciência social estabelecida, que assentar-se-ia na racionalidade instrumental - característica do sistema de mercado - e teria estendido à cognição as formas de sociabilidade organizadas por este⁵².

A ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos ... A moderna ciência social deveria, portanto, ser reconhecida pelo que é um credo, e não verdadeira ciência (*ibidem*, 22).

Essa ciência seria uma “ideologia serialista”, isto é, difundiria a “noção de que a história revela seu significado através de uma série de estágios empírico-temporais” (*ibidem*, 39), tal concepção seria comum a liberais, marxistas, neomarxistas etc. Mas, não seria mesmo aplicável à concepção faseológica⁵³ da história que GR havia esposado? Talvez ciente desse problema, a partir do final dos anos 60 relega as referências à concepção faseológica e passa a esboçar uma ‘outra’ abordagem da história, exposta em “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade” (RAMOS, 1967). Neste artigo, faz um balanço das teorias que enfocam a transformação social e critica a linearidade histórica das teorias da modernização, que pressuporiam o alcance da

⁵² Um exemplo disso, poderíamos acrescentar, seriam as teorias que propagam o interesse imediato (seja o *homo economicus*, seja o maximizador de benefícios etc.) como motivação humana essencial.

⁵³ Segundo esta concepção, creditada a Carl Miller-Lyer, a história das sociedades seria balizada por fases histórico-culturais relativamente progressivas. Tal concepção também foi usada recorrentemente por alguns isebianos, como Hélio Jaguaribe.

modernidade como o trilhar determinado percurso que levaria à posição dos países “desenvolvidos”, ademais, propõe abandonar as designações de países “desenvolvido” e “subdesenvolvido” ou “pioneiro” e “seguidor” – que teriam conotação ideológica – pelos de países *hegemônicos* e *periféricos*. Em contrapartida afirma o destino histórico ‘aberto’ e próprio de cada país, por meio de uma teoria que aborda a transformação como horizonte de possibilidades (objetivas).

Já a ciência social em voga, segundo GR, por ser uma “ciência cientística”, partiria “da premissa de que a correta compreensão da realidade só pode ser articulada segundo o modelo da linguagem técnica da ciência natural. Sob esse enfoque, a realidade é reduzida apenas àquilo que pode ser operacionalmente verificado” (*ibidem*, 42). Desse modo, os aspectos se conjugam: “a própria ciência social cientística é produto de uma posição serialista em relação à realidade”, e mais, retomando posições anteriores (e potencializando-as), cerra fogo contra o puritanismo científico, ao afirmar que “método e técnica não são padrões de verdade e de adequado conhecimento científico” (*ibidem*, 42)⁵⁴.

A partir daí empreende uma crítica radical, concluindo que “a despeito de suas reivindicações isentas de conceitos de valor, a ciência social contemporânea é *normativa*, na medida em que, na teoria e na prática, nada mais é do que um corpo de critérios de análise e planejamento de sistemas sociais induzidos a partir de uma configuração histórica particular” (*ibidem*, 195). A saber, a de alguns poucos países do Ocidente e a trajetória que eles tomaram. A intenção é clara: responder às críticas feitas à sociologia que praticava apontando a falsa objetividade que os adversários cultuavam.

⁵⁴ GR reaviva a crítica, retirando lições de sua polêmica com Florestan Fernandes e a defesa deste dos padrões científicos.

Assim, a deliberada distinção entre uma ciência social baseada na razão instrumental ou na razão substantiva...

... não deveria ser considerada um exercício didático: propõe um dilema existencial a quem quer que escolha ser um cientista social. Na verdade, em geral, a opção por uma ou outra das pontas do dilema não é consciente, mas é feita para os indivíduos através de sua socialização em meios acadêmicos, que por sua vez operam no contexto dos parâmetros institucionais que prevalecem no Ocidente (*ibidem*, 194).

Aqui aflora o sentido da crítica da terceira modalidade da redução sociológica: “a superação da ciência social *nos moldes institucionais e universitários em que se encontra*” (*ibidem*, XVI, itálicos nossos). A nova ciência, baseada na razão substantiva, deveria ter como pressuposto fundamental “que a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral” (*ibidem*, 199), e daí...

... *libertar-se de sua obsessão com o desenvolvimento*, e começar a compreender que cada sociedade contemporânea está potencialmente apta a se transformar numa boa sociedade, se escolher se despojar da visão linearista da história (*ibidem*, 196, itálicos nossos).

E fundar assim uma ciência multicêntrica e não focada no sistema de mercado. Era o derradeiro fim da febre desenvolvimentista e o início da ‘utopia’ humanista. A crítica culmina também em autocrítica.

Conclusão

“O homem define-se pelo seu projeto”

Sartre

Pensar por comparações é sempre muito sedutor e, às vezes, pouco produtivo, geralmente mostra-se estimulante mas pouco rigoroso, se ilumina nexos interessantes também estabelece paralelos improváveis, um pouco sempre se aclara mas muito é inferido de aproximações forçadas. Nestes tempos de primazia metodológica da diversidade e do irredutível comparar é sempre um ato temerário e interessante quando não estéril, visto que o pouco que se revela no cotejar talvez não valha o pecado dos exageros aproximativos.

As comparações aqui aventadas não pretendem buscar nexos insuspeitos ou articulações necessárias, quando muito, aproximam objetos incandescentes que - na peculiaridade de sua luz própria - buscam iluminar o outro de diverso modo, clareando contornos revelados pelo ângulo reverso e a luz diferente. Intentam: como comparação, um panorama de polaridade; como tensão, um ato de cotejar. Pois se o que é único não é redutível ao outro, é sempre em contato com o outro que se mostra único.

Guerreiro Ramos em si já é figura desafiadora, estudá-lo com o amparo de uma figura que se lhe opõe é algo talvez mais desafiador. Florestan Fernandes é esta figura, não seu contrário, nem seu inimigo, seu outro, não seu oposto e sim seu opositor⁵⁵.

⁵⁵ Certamente há divergências - metodológicas - quanto à plausibilidade deste procedimento, mas também não faltam os que se recusam a considerar possível equiparar a estatura e representação de FF com GR. Esta questão aqui não é tratada: até por ser um falso problema, diz mais a respeito dos que o levantam do que propriamente da questão.

O modo de ser próprio – embora não isolado ou intangível – que caracteriza o Brasil como formação social, leva-nos (de modo ímpar) a construir ‘soluções’ para questões que nos países centrais mostram-se separadas, desvencilhadas, consecutivas umas às outras, e para tanto, cunharam diversas ‘soluções’ e personalidades. Talvez incorrendo nos equívocos comparativos para os quais alertamos há pouco, cabe afirmar que, no Brasil, as tarefas de fundação da sociologia como disciplina “científica” - dotada de um corpo teórico próprio e distinto das outras ciências, sejam as designadas ‘humanas’ ou outras -, bem como sua institucionalização e inserção acadêmica, a própria rebeldia contra tais realizações e mesmo a contestação desse passado e seus frutos, encarnaram-se – significativa mas não unicamente – num só personagem: Florestan Fernandes.

Afundando-nos na comparação, FF foi em parte e a seu modo o que representaram na França (de outro modo) Augusto Comte, Émile Durkheim e Henri Lefebvre⁵⁶, para as tarefas ‘acumuladas’ cunhamos um único personagem que, heroicamente, cumpriu com desenvoltura e por vezes resignação seu papel⁵⁷.

Formado nas primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, assumiu em sua trajetória os hercúleos trabalhos de institucionalização acadêmica das ciências sociais, de defesa de um corpo teórico rigoroso e universalmente aceito, de formação e viabilização de um modo de fazer pesquisa⁵⁸, de construção de um conhecimento eficaz e ‘insuspeito’ e de um arsenal teórico próprio que lhe valeu o estigma de “ecclético” mas que era simplesmente original, ao seu modo.

⁵⁶ Para uma comparação Florestan Fernandes-Henri Lefebvre ver MARTINS (1998).

⁵⁷ A comparação com o caso francês impõe-se até pela influência na formação – mormente acadêmica - das ciências sociais no Brasil.

⁵⁸ O que corou-lhe como patrono de uma ‘escola paulista’ de sociologia, título e feito do qual declinava. Ver FERNANDES (1977).

Filho de lavadeira, sem pai, plebeu, cursando “madureza” para alcançar a universidade, trabalhador incansável – hábito que levou consigo para a universidade⁵⁹ -, tornou-se incomodamente (para ambos) prodígio do projeto da oligarquia paulista. Aluno brilhante do templo da “ciência desinteressada”, cunhados simultaneamente no desenrolar do projeto de formação de novas elites culturais para elaborar uma “alternativa” as forças então no poder, dedicou-se radical e apaixonadamente ao trabalho de levar a ciência a um porto seguro, que a mantivesse a salvo dos valores e sua irracionalidade, da ideologia, dos partidos políticos e do próprio ‘espírito da instituição’, realizando assim, a contragosto, os desígnios deste próprio espírito, vez que ao buscar no radicalismo científico o antídoto à influência da oligarquia paulista terminou por completar o ideal desta: uma ciência - e uma universidade – ‘apartada’ da vida política. A fuga desesperada levou-o à próxima fortaleza inimiga.

Elogiado por Robert K. Merton (figura influente da Universidade de Columbia), possuído por um *ethos* científico e abrigado no guarda-chuva institucional-acadêmico, tornou-se ave rara da fauna científica brasileira aprisionada na gaiola de ouro da comunidade acadêmica - donde retirava o distanciamento necessário para o exercício ‘insuspeito’ da atividade científica. Traído pelos fatos, empurrado à esquerda pelo contexto, alijado da dependência dos edipianos pupilos e abandonado pela madrasta universidade, exilou-se e buscou no anti-academicismo e na militância que instrumentalizava sem pudor a sagrada ciência (Lênin) as armas da rebeldia que alimentaria dali em diante seu brado revolucionário, esquerdista e inconciliatório. Quase isolado, orgulhosamente independente

⁵⁹ Não sem motivo, o exemplo de trabalhador infatigável para a ciência só poderia ser dado por um plebeu alçado à universidade, uma vez que as oligarquias e a burguesia – sua diletta discípula – no Brasil sempre encararam o trabalho em geral como algo deplorável e a cultura como algo ornamental, calcado na futilidade e alimentado pela ‘inspiração’ de um espírito contemplativo, caldo de cultura de um país tardiamente escravista.

como sempre, brandiu sua revolta política que, no limite, era profundamente... ética. Florestan Fernandes encarnou a independência engajada.

Além disso, foi um vencedor derrotado: elevou-se acima das contingências, derrotou as circunstâncias imediatas e alçou-se à universidade e à ascensão social; conquistou um espaço próprio, fez 'escola', tornou-se um *homem-instituição*, carregando consigo parte do legado 'fez história' na sociologia brasileira. Mas não escapou ao contexto, foi também um angustiado, tensionado entre a política e a ciência⁶⁰, tornou-se militante.. da ciência; mais ainda, sempre independente, foi incomodamente acolhido, tolerado e admirado pela elite cultural, que aqui quase sempre foi o braço ilustrado da classe dominante. Aceito, logo 'neutralizado', permaneceu radical, solitário e atormentado, gozando da conduta dos justos e da perturbadora generosidade dos "inimigos de classe"⁶¹.

Diante disso, restou-lhe insurgir-se. Insurgiu-se sempre, contra tudo que se lhe opôs, menos contra a independência. Destemido, sua trajetória heróica (ou talvez quixotesca) levou-o do jacobinismo científico ao político, não fugindo porém da guilhotina da história.

Já Guerreiro Ramos encarnou o engajamento *outsider*, ele provavelmente deploraria este título, que além do mais faz concessões a um termo alheio à nossa língua e cultura, mas como referir-se a um sociólogo que sempre se engajou em teorias, crenças,

⁶⁰ Em política foi um vocacionado à ciência, professando uma ética de convicção que antepunha os fatos aos seus valores mais caros; na ciência, foi politicamente sensível às necessidades e responsabilidades de fundação das bases institucionais (e universalmente racionais) da sociologia no Brasil. Florestan encarnou a seu modo o dilema weberiano.

⁶¹ Lúcido quanto ao seu trabalho e trajetória, diagnosticava que a falta de um sólido movimento contestador encorado na classe trabalhadora inviabilizava – ou ao menos obstaculizava – a emergência de um pensamento nitidamente crítico e revolucionário. Ver FERNANDES (1977)

ideologias, movimentos, partidos, governos, instituições e nunca foi realmente absorvido por eles, nunca integrou-se plenamente em algo?

Também proveniente de uma das primeiras turmas de ciências sociais (da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro) de uma universidade que se esboçava⁶², fruto de uma institucionalização não-insulada, viveu desde cedo a efervescência política e cultural da então capital brasileira, palco das disputas por *status* e poder. No DASP iniciou seu conhecimento - por dentro - do Estado brasileiro e da administração, ali firmou seu compromisso público e esmerou-se como funcionário na época e condições em que servir ao Estado era muito diferente de servir-se do Estado. Continuou seu aprendizado na Assessoria de Vargas (1951-1954), onde tomou contato com os meandros do poder e o realismo político do exercício cotidiano deste.

Elogiado por Sorokin (personalidade eminente da sociologia ‘teórica’ de Harvard), recusado pela universidade, sem oportunidades de trabalho - segundo ele por ilações de quanto ao seu passado integralista -, alegava ‘inocência’ por há muito tempo não ter mais nenhuma empatia com as hostes deste movimento; mais tarde, seria considerado *persona non grata* entre os comunistas por desconfiar das crenças doutrinárias destes e cassado e perseguido pelo macarthismo tupiniquim do pós-64 por suspeita de ser “comunista”. Sua ficha num dos órgãos de repressão o caracterizava como “mulato metido a sociólogo”, algo bastante ilustrativo das hierarquias da sociedade brasileira.

Recusava-se a ver a sociologia como saber esotérico, profissional ou desenraizado, via-a como um “saber de salvação”, não diletante ou fanatizado, mas semeado socialmente,

⁶² Projetada nos moldes dos reformadores da educação (principalmente Anísio Teixeira) como Universidade do Distrito Federal, foi incorporada pela Universidade do Brasil - hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - e pelo projeto político-educacional do Estado Novo.

ao alcance de todos para que se tornasse instrumento comum do bem comum⁶³. Outro particular leitor de Weber, brandia a cumplicidade entre valores e conhecimento, comungava uma particular ética de convicção mesmo para calcular os fins, exercia uma ética de responsabilidade conforme suas convicções; crenças e objetivos deveriam convergir, sob pena de conceder ao cinismo.

De costas para a universidade, curiosamente “catedrático” sem cursar graduação⁶⁴, nunca deixou de ser simplesmente bacharel, buscou integrar-se nas *intelligentsias* ‘institucionalizadas’ do IBESP e do ISEB, donde sairia rumorosamente por contrariedades envolvendo posições políticas e seu difícil gênio. Tornou-se deputado federal pelo PTB e atuou fielmente... aos seus valores e princípios. Cassado, exilou-se nos EUA, onde - final e ironicamente - o mulato (negro lá) foi aceito na universidade. Preocupou-se então com nova temática, de crítica severa da modernidade e da razão instrumental, a partir da qual escreveu *A nova ciência das organizações*, publicado quase 7 anos depois de peregrinar e ‘dar com a cara na porta’ de nada menos que 14 editoras⁶⁵.

Guerreiro colecionou adversários durante toda sua vida e permaneceu extremamente fiel à sua linguagem ácida e seu espírito inquieto e polêmico⁶⁶; insolente, foi sistematicamente recusado, sob ele pesavam suspeitas de ser incontrolável. Tinha um modo

⁶³ A influência cristã - que nunca negou - emerge aqui por entre as linhas: a sociologia - assim como A Palavra, a verdade revelada - torna-se instrumento de salvação de cada um que a adquirisse e a aceitasse. Embora as fontes nas quais bebeu sejam de um cristianismo douto, erudito e elitista (Maritain, Berdiaev etc.) a raiz popular é notória, um cristianismo salvacionista que dá esperança aos ‘de baixo’ quanto à elevação espiritual e ao lugar entre os bons e justos, mesmo que não aqui, não agora. Uma sociologia redentora.

⁶⁴ Por volta de 1938 GR ajuda a fundar a Faculdade de Filosofia da Bahia, sob as hostes de Isaias Alves (Secretário da Educação e irmão do interventor), tornando-se por lei “catedrático”.

⁶⁵ Cfe. Informação de L. A. Alves Soares. Isolado e esquecido, dividido entre a saudade do Brasil e a segurança americana, o outrora *enfant terrible* da sociologia brasileira nos agradecimentos introdutórios ao livro – curiosamente – faz uma apaixonada dedicatória aos seus alegres e fiéis companheiros das solitárias horas de trabalho: seus cachorros Tupi e Cochese!

⁶⁶ O estigma de “polêmico” – como bem o qualificou SOARES (1993) – é marca indelével de Guerreiro, coincidentemente até mesmo no nome: polêmico, do grego *polemikós*, significa ‘guerreiro’. Ver HOLANDA (1986).

incurável de ser autêntico, de ser particularmente... ele mesmo. O mulato orgulhoso, genioso - de inteligência brilhante e explosiva - era por demais irreverente, teimava em juntar de modo inflamável ciência e política, e suscitava a desconfiança da classe dominante que, solenemente, ainda o desconsidera. Sua trajetória foi sempre uma busca obstinada pelo reconhecimento mas, embora se engajasse de corpo e alma, permaneceu sempre um estranho, solitário, *outsider*⁶⁷.

O contencioso que reuniu/opôs Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos foi seguramente mais que uma querela intelectual, foi o enfrentamento de dois sujeitos e projetos intelectuais⁶⁸.

De um lado uma visão advinda do centro nacional de maior desenvolvimento do capitalismo e fulcro da modernização burguesa calcada na transformação voraz e vontade de fazer *tabula rasa* das circunstâncias - e das conseqüências - de uma pesada herança⁶⁹; um certo bandeirismo (paulista) que abominava o passado incômodo que lembrava suas raízes e débitos com o “Antigo Regime”. Trazia por certo um desconforto com o *status quo* mas cria - inicialmente - no estabelecimento da ordem social competitiva e da organicidade da sociedade, que traria no seu bojo a democracia e o desenvolvimento. Com o tempo - e o atraso dos fatos - acrescentou certa dose de intervenção social, seja como engenharia social, como incremento político dos rituais institucionais quanto como formação educacional dos indivíduos. Preocupada com o ‘lugar’ que lhe seria destinado na infalível estrutura mundial, orientava-se pelas funções que lhe cabiam na engrenagem

⁶⁷ Considerou-se sempre, em suas próprias palavras, “in between”, não incluído, não pertencente a nada. E assim, não teria sido nem integralista, nem comunista, nem branco, nem negro, nem baiano, nem carioca, nem cientista, nem político, nem acadêmico, nem militante etc.

⁶⁸ Em momento algum defendemos que o sujeito intelectual, como indivíduo, seja - em última instância - construtor (por si) de projetos, sua participação (decisiva) é dar forma aos fluxos de consciência (possível) presentes nos grupos sociais em determinado momento histórico, conforme determinadas condições.

⁶⁹ Escravista, patrimonialista, anti-moderna - ou para alguns *ibérica*.

inviolável, o Ocidente próximo não seria somente donde emanavam as necessárias influências de nossa formação, seria também o horizonte possível de nossa existência. A ciência era caracterizada como o código supremo que, adquirido, guindar-nos-ia à maioria. Imitar os mestres era elevar-se ao conhecimento, e a sociologia - em tenra idade - era o fruto mais viçoso, porém verde, desta colheita.

O terreno de atuação era sem dúvida a sociedade civil e seus interesses, todavia, o que era tão moderno, burguês e racional subitamente reencontra-se com o passado hostil, a história já não se movia infalivelmente adiante, o arcaico, o escuso, autoritário e irracional voltavam à cena pelas mãos da mesma burguesia – e com anuência ou complacência de grande parte de sua “ilustração”. Restava então a revolta, o clamor pelo anjo vingador da revolução, que varreria do país a miséria que atormentava o mundo dos ‘de baixo’ e a mente dos ‘atraiçoados’. A ciência - e a sociologia em particular - eram agora artes dos mandarins, engodo dos refinados magos da ilusão espiritual, memória desagradável da crença no progresso e na democracia social com a qual os ‘de cima’ haviam permitido sonhar, apenas sonhar.

De outro lado – por GR - uma visão apaixonada de seu espaço vital, de seu lugar no *mundo*, como fonte não só do que era mas do que lhe seria permitido ser, vez que *ali* brotavam as aspirações - algo românticas senão frente ao mundo ao menos perante nossos céticos olhos. Não só haveria um passado, que não era magnífico mas era essencialmente o **seu** passado, suas raízes e seus frutos, e a partir deste passado seria possível construir um futuro do qual poderia se orgulhar - agora não só por ser seu futuro mas também por ser algo melhor. A dinâmica mundial lhe parecia um tanto opressora, mas haveria um lugar reservado para sermos essencialmente... nós. A sociologia era a consciência – e a crença - de sermos nós e a promessa de podermos mais, muito mais; uma sociologia, ou melhor, *a*

sociologia construída com instrumentos próprios, refuncionalizados às vezes, mas definitivamente própria, nacional, única, pois seríamos também únicos. Ela nos redimiria.

Havia também a promessa da modernidade nos chegar de modo pleno, pelos mãos do povo iluminado pela *intelligentsia*. Como não chegou, restou a melancolia de amaldiçoar toda modernidade, inclusive a que não tivemos, pois a merecíamos e ela falhou... Talvez mesmo ela já não nos merecesse. O terreno aqui era o Estado e suas possibilidades de como ator privilegiado.

Essa controvérsia teve como personagens dois sociólogos, plebeus, criados por mães lutadoras (e sem a presença da figura paterna), de origem pobre, que perseguiram seus objetivos, venceram a desigualdade de oportunidades e chegaram à universidade, magistério e admiração, dois precursores da sociologia de batismo acadêmico que seguiram rumos divergentes, **caminhos cruzados**: GR do intenso engajamento político ao distanciamento – senão indiferença – consubstanciado numa sociologia institucional; FF da sociologia acadêmica à defesa ideológica do mandato popular.

Eruditos, de brilho incomum; dois ‘weberianos’ e mannheimianos particulares⁷⁰, ecléticos na aparência, de uma originalidade sem preconceitos; ambos exilados, engajados e eleitos deputados: dois inconformistas, radicais - cada qual a seu modo. A sociologia – para eles – era muito mais que uma disciplina, a ela dedicaram suas vidas, mas ambos projetos ‘fracassaram’: nem autonomia, nem revolução, nem paixão, nem sociologia nacional, o que os sucedeu foi a tecnologia de controle social como profissionalização do

⁷⁰ O que já foi apontado por Luiz Werneck VIANNA (1997) – juntamente com suas relações com respeito ao Estado e à sociedade civil. Quanto ao marxismo, Florestan inicialmente preocupou-se com as possibilidades empíricas do materialismo histórico e com a estruturação dos fluxos sociais, depois com as consequências revolucionárias da práxis política; já Guerreiro era seduzido pelo jovem Marx e seus usos da dialética e da ontologia.

saber, agora nem como intervenção racional e rebeldia política ou forma por excelência de consciência social, mas como ocupação universitária e inserção institucional.

A sociologia **brasileira** (para GR) ou a sociologia **no** Brasil (FF), em busca de um passado e em fuga para o futuro, viveu com Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos o seu momento 'heróico', quando as oportunidades surgiam – poucas mas promissoras - e a competição embora dura não congregava grandes contingentes de postulantes; plebeus, saíram 'de baixo' e ascenderam socialmente devido ao prestígio social que gozavam os intelectuais - numa conjuntura de consolidação da classe trabalhadora, embates desta com a burguesia e ascensão de setores intermediários.

Tal sociologia ergueu-se por meio de uma ambígua dialética: negando seu passado e invejando um futuro (europeu, norte-americano) que lhe era estranho – até porque estrangeiro -, imitando os mestres e combatendo a transplantação de idéias. Uma dialética fortemente tensionada mas sem síntese.

A sociologia no Brasil - e o pensamento social, seu pai 'ilegítimo' - vive atormentado por uma contradição dilacerante: somos construtores de um edifício inabitado. Ao tempo que o saber social, e a sociologia em particular, reúne esforços e insumos para elaborar uma explicação da sociedade brasileira e suas transformações, não nos reconhecemos como edificadores desta obra; a cada lance produzido recomeçamos de outro modo, mormente sob plantas e planos arquitetados à distância, de fora, que vêm a suplantar o esforço dos anteriores sem o realizar, justapondo-se aos antigos andares numa reelaboração contínua e desconexa, que sucede sem integrar, que encerra sem definir, que sintetiza sem superar. Não bastasse, mendigamos abrigo a tradições e teorizações alheias e, recusados, ficamos ao relento, ao pé de um edifício abandonado: a herança que construímos.

A aspiração à construção de um saber social (e sociológico) original, radicalmente enraizado nesta formação social é não somente contemporâneo ou paralelo mas sobretudo convergente com as aspirações e projetos de construção de um capitalismo autônomo e nacional no Brasil do séc. XX, seus sonhos de autonomia e desenvolvimento são comuns, suas frustrações também.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de (*et al.*). Verbetes “Ramos, Guerreiro”. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; pós 30*. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v. IV, pp. 4883.
- ABRANCHES, Aparecida Maria. O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos à luz do debate atual. *Trapézio*. Campinas: Unicamp, nº 3/4, 1º sem. 2003, pp. 23-36.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder; o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa & COELHO, Hercília Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930 – 1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1, pp. 188-216.
- AMAYO, Enrique & SEGATTO, José Antonio (orgs.). *J. C. Mariátegui e o marxismo na América Latina*. Araraquara: UNESP/FCL Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002 (Temas em sociologia, nº 2).
- ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953.
- ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira; dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Ressentimento da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1995, v. 2, pp. 107-233.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República; de 1930 a 1960*. 6ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1991.
- BASTIDE, Roger. Carta aberta a Guerreiro Ramos. *Anhembi*. São Paulo, ano III, v. 12, nº 36, novembro 1953, p. 521-28.

- BASTOS, Elide Rugai & RÊGO, Walquíria D. Leão (orgs.). *Intelectuais e política; a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- BELLO, José Maria. *História da República: 1889 – 1954; síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 7ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956 – 1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos brasileiros, 8).
- BERDIAEV, Nicolas. *Les sources et le sens du communisme russe*. França, Gallimard, 1951 (Collection idées).
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder; dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. 1ª reimpressão, São Paulo: UNESP, 1997 (Biblioteca básica).
- BOGARDUS, Emory S. *A evolução pensamento social*. Rio de Janeiro/São Paulo/Lisboa: Fundo de Cultura, v. 2.
- BORDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983 (Grandes cientistas sociais, 39), org. Renato Ortiz.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1980, p. I-XVII.
- CANDIDO, Antonio. Verbete “A Sociologia no Brasil”. *Enciclopédia Delta Larousse*. 2ª ed., Rio de Janeiro, v. IV, 1964, pp. 2107-23.
- _____. *Vários escritos*. 3ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- _____. A Revolução de 1930 e a cultura. *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2000 (Temas, v. 1), pp. 181-98.
- _____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001a.
- _____. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001b, pp. 71-5.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista; o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora/Editores Autores Associados, 1982 (Educação contemporânea, Memória da educação).
- _____. A USP e o “espírito da instituição”. *Presença; revista de política e cultura*. São Paulo, Caetés, nº 5, jan. 1985, p. 93-100.

- CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937 – 1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976 (Corpo e alma do Brasil).
- _____. *A República Liberal I; instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985 (Corpo e alma do Brasil).
- CHACON, Vamireh. *O humanismo brasileiro*. São Paulo: Summus/Secretaria da Cultura, 1980.
- CHASIN, José. Dissertação sobre a sociologia do conhecimento de K. Mannheim. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, nº 47, maio/jun. e 48 jul./ago. 1963, p. 96-106 e 69-86, respect.
- CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1985.
- CHAVES NETO, Elias. Resenha do livro “Introdução crítica à sociologia brasileira” de Guerreiro Ramos. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, nº 10, mar./abr. 1957, p. 199-200.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995.
- COHN, Gabriel *et al.* Florestan Fernández, historia e histórias (depoimento). *Novos Estudos*, nº 42, jul./1995.
- COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: _____. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed., São Paulo: UNESP, 1999 (Biblioteca básica), p. 365-84.
- COSTA, Frederico Lustosa da. Levantamento Bibliográfico. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 17 (2) abr./jun. 1983, p. 155-162.
- COSTA, João Cruz. *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945 (Tucano).
- _____. *Contribuição à história das idéias no Brasil; o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Pequena história da República*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil; ensaio sobre idéias e formas*. 2ª ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- CUIN, Charles-Henry & GRESLE, François. *História da sociologia*. 2ª ed., São Paulo: Ensaio, 1994 (Cadernos ensaio pequeno formato, 10).
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas 1951 – 1954; democracia, partidos e crise política*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1992 (Fundamentos, 90).
- DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP/Fapesp, 1997.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998 (Ponta 16).
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses; um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Estudos brasileiros, 84).
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Globo, 1987, vols. 1 e 2.
- _____. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930; historiografia e história*. 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1978.
- _____. (org.). O Brasil Republicano; sociedade e política (1930 – 1964). In: _____. *História Geral da civilização brasileira*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1986, tomo III, v. 3.
- FEBVRE, Lucien. *História*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1992 (Grandes cientistas sociais, 2), org. Carlos Guilherme Mota.
- FERNANDES, Florestan. O problema do método na investigação sociológica. *Sociologia*. São Paulo, v. IX, nº 4, 1947, p. 332-45.
- _____. Existe uma “crise da democracia no Brasil”? *Anhembi*. São Paulo, novembro 1954, pp. 450-71.
- _____. *A etnologia e a sociologia no Brasil; ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhambi, 1958.

- _____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2ª ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.
- _____. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1970.
- _____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2ª ed., São Paulo, Pioneira: 1971.
- _____. O teatro negro. In: _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972a, p. 192-7.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Zahar, 1972b.
- _____. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. USP, 1973 (Biblioteca universitária, v. 34).
- _____. *Elementos de sociologia teórica*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1974a.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1974b, ed. rev. e aumentada (Corpo e alma do Brasil).
- _____. (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil; leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1975a (Biblioteca universitária, série ciências sociais, v. 37).
- _____. Sobre o trabalho teórico (entrevista). *Trans/form/ação*. Assis, Unesp, nº 2, 1975b, p. 5-86.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed., reorg. e ampl., Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.
- _____. *Circuito-fechado, quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: Hucitec, 1976b.
- _____. *A sociologia no Brasil; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*. 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- _____. *Natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A ditadura em questão*. 2ª ed., São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

- ____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984 (QualÉ).
- ____. *A Revolução Burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ____. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo. São Paulo: Hucitec/UnB, 1989a.
- ____. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *Política*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1989b (Grandes cientistas sociais, 5), org. Florestan Fernandes, pp. 5-50.
- ____. *Sociologia*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1991 (Grandes cientistas sociais, 58), org. Octavio Ianni.
- ____. *A contestação necessária; retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995a (Temas, 48).
- ____. Sociologia e Socialismo. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Em busca do socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995b, pp. 159-164.
- FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história; debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Pinto. Panorama da Sociologia Brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, Brasiliense, parte II, nº 15, jan./fev. 1958, pp. 43-64; e parte III, nº 16, 1958, pp. 25-49.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAÚÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985, pp. 151-209.
- FREYER, Hans. *Introducción a la sociología*. Madrid/Espanha: Aguilar, 1944.
- ____. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 22ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21ª ed., São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- GARCIA, Ramon M. A vida de um guerreiro... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, Rio de Janeiro, FGV, 17 (1) jan./mar. 1983; e 17 (1) jan./mar. 1983 (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra), pp. 107-26.
- GIANOTTI, José Arthur. Entrevista. *Trans/form/ação*. Assis, anos 1, nº 1, 1974, pp. 25-36.

- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia; que é a sociologia*. 5ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 12ª ed., Curitiba: Criar Edições, 2001.
- GORENDER, Jacob. Correntes sociológicas no Brasil. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, pp. 203-25.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUANABARA, Ricardo. *Sociologia, nacionalismo e debate intelectual no Brasil pós-45*. Dissertação (Mestrado em ciência política) IUPERJ, Rio de Janeiro, digitada, 1992.
- GURVITCH, Georges. *La vocación actual de la sociología; hacia una Sociología diferencial*. México-DF/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os pensadores).
- _____. *Ser e Tempo*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989, vols. 1 e 2 (Pensamento humano).
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 5ª ed., Coimbra-Portugal: Arménio Amado Editor, 1970.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780; programa, mito e realidade*. 2ª ed., Rio de Janeiro: 1998.
- HOLANDA (Ferreira), Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum., 24ª impressão, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- HOLINGSHEAD, A. B. Noções básicas da Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, tomo I, pp. 53-63.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas; sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).
- IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *O ciclo da revolução burguesa*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Escravidão e racismo*. 2ª ed., rev. e acresc. de apêndice, São Paulo: Hucitec, 1988.

- _____. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Ática, 1989a.
- _____. *Estado e capitalismo*. 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Brasiliense, 1989b.
- _____. *Sociologia da sociologia; o pensamento sociológico brasileiro*. 3ª ed. rev. e aum., São Paulo: Ática, 1989c.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.
- _____. *A idéia de Brasil moderno*. 2ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1996b.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. 2ª ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- JAGUARIBE, Hélio. O que é ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979b (Biblioteca do pensamento político republicano), pp. 21-30.
- JAIME, Jorge. *História da filosofia no Brasil*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes/São Paulo: Faculdades Salesianas, 2000, v. 3.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundo do Cultura, 1963.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto, Portugal: Ed. Afrontamento, 1977.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. Tese (Mestrado em ciência política) IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992, digitada.
- _____. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997, pp. 93-114.
- _____. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado em ciência política) FFCLH-USP, São Paulo, 1999, digitada.
- LAMOUNIER, Bolívar. O ISEB: notas à margem de um debate. *Discurso*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, nº 9, nov./1978, pp. 153-8.

- ____. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: ____ (ed.). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982 (Cadernos UnB), pp. 407-33.
- LE GOF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia*. 2ª ed. rev., refund. e ampl., São Paulo: Pioneira, 1969.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1, pp. 111-87.
- ____. A Escola Livre de Sociologia e Política. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1, pp. 217-33.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen; marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª ed. rev., São Paulo: Cortez, 1994.
- MACHADO NETO, A. L. *Da vigência intelectual (um estudo de sociologia das idéias)*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- MAIO, Marcos Chor. *Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais*. Caxambu, XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, digitado.
- ____ & BÓAS, Gláucia Villas (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Libertad, poder y planificación democrática*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- ____. Conservative thought. In: _____. *Essays on sociology and social psychology*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959, pp.74-164.
- ____. *O homem e a sociedade; estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- ____; MERTON, Robert K. e MILLS, C. Wright. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: 1967.
- ____. *Sociologia sistemática*. 2ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- ____. *Ideologia e utopia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ____. *Diagnóstico de nosso tempo*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- _____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974.
- _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982 (Grandes cientistas sociais, 25), org. Marialice M. Foracchi.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- _____. *Política*. São Paulo: Ática, 1982 (Grandes cientistas sociais, 27), orgs. Manoel L. Bellotto e Anna Maria M. Corrêa.
- MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. *O ISEB em seu momento histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Filosofia, 1986, tese (mestrado em filosofia).
- MARITAIN, Jacques. *Elementos de Filosofia I; introdução geral à filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1963, v. 1.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução; Hegel e o advento da teoria social*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (O mundo, hoje; 28).
- MARTINS, José de Souza. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº 4, v. 2, jul./1987, pp. 65-87.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. *Karl Marx*. 2ª ed., São Paulo: Abril, 1978 (Os pensadores), pp. 107-264.
- _____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Karl Marx*. 2ª ed., São Paulo: Abril, 1978 (Os pensadores), pp. 329-404.
- _____ & ENGELS, Friedrich. *La ideologia alemana*. Montevideú, Pueblos Unidos/Barcelona: Grijalbo, 1972.
- MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras; 1930-1960. In: MICELI, Sérgio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, vol. 1, pp. 411-459.
- MATTA, João Eurico da. Alberto Guerreiro Ramos – reflexão preliminar sobre sua trajetória intelectual, em homenagem póstuma. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 17 (1) jan./mar. 1983, pp. 95-106.
- MCKENZIE, Roderick D. Matéria-objeto da Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, tomo I, pp. 38-52.

MENEZES, Djacir. La sociología en el Brasil. In: GURVITCH, Georges & MOORE, Wilbert E. *Sociología del siglo XX*. Librería “El Ateneo” Editorial, 1956, tomo II, 2ª parte (Estudios sociológicos en los diferentes países).

MENESES, Tobias Barreto de. *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil; contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

MERTON, Robert K Robert. Role of the intellectual in public bureaucracy. In: _____. *Social theory and social structure*. 2ª ed. rev., Glencoe, USA: The Free Press, 1958, pp. 207-24.

_____. *Sociologia; teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989a, v. 1.

_____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: _____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989b, v. 1, p. 73-110.

_____. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1995, v. 2.

_____. Intelectuais brasileiros. In: _____. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)*. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Capes, 1999, pp. 109-46.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORSE, Richard M. Economia manchesteriana e sociologia paulista. In: _____. *A volta de McLuhahaíma; cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, pp. 133-60.

_____. *O espelho de Próspero; cultura e idéias nas Américas*. 3ª reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1980.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988 (Fundamentos, 34).

- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tudo é história, 32).
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo; Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984 (Estudos brasileiros, v. 76).
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo; ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 (Política e sociedade).
- _____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995a.
- _____. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/IDESP, 1995b, v. 2, pp. 233-307.
- OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. *Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais - CPDA, Rio de Janeiro, 1999, digitada.
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Cebrap, nº 27, jul./1990, pp. 163-175.
- _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIM, Antônio. *História das Idéias filosóficas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1974.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- PARK, Robert E. Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, tomo I, pp. 21-37.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Alessandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964*. Tese (doutorado em ciência política) FCL/USP-São Paulo, 2003.
- PEREIRA, Astrojildo. Posição e tarefas da inteligência. *Temas de ciências humanas*. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, nº 4, 1978, pp. 41-67.

- PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, tomo I.
- ___ (org.). *Estudos de organização social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970, tomo II (Biblioteca de ciências sociais, IX).
- ___ . *Teoria e pesquisa em sociologia*. 14^a ed., São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa. Sociologia e mudança social. *Sociologia*. São Paulo, ELSP, v. IX, nº 4, 1947.
- ___ & CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955 (Série estudos e ensaios, 6).
- ___ . *Sociologia e Desenvolvimento; temas e problemas do nosso tempo*. 7^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- PRADO Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. 5^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1977a.
- ___ . *Histórica econômica do Brasil*. 35^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1977b.
- ___ . *A questão agrária*. 4^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ___ . *Evolução Política do Brasil; colônia e império*. 21^a ed., 1^a reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A sociologia de Max Weber; sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (2/3), ago./set. 1946a, pp. 129-39.
- ___ . A divisão do trabalho social. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 4 (1/2), out./nov. 1946b, pp. 161-8.
- ___ . Notas sobre a planificação social. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 4 (3), dez/1946c, pp. 163-6.
- ___ . A pesquisa e os “surveys” sociais. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 1(3/4), mar./abr. 1947, pp. 147-51.
- ___ . *Uma introdução ao histórico da Organização Racional do Trabalho; ensaio de sociologia do conhecimento*. Tese apresentada ao concurso para provimento em cargo da carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público em 1949. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- ___ . O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Sociologia*. São Paulo, ELSP, 13 (3), 1951a, pp. 1-43.

- ____. Pauperismo e medicina popular. *Sociologia*. São Paulo, ELSP, 13 (3), 1951b, pp. 252-73.
- ____. *O processo da sociologia no Brasil; esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1953.
- ____. Esforços de teorização da realidade brasileira politicamente orientados de 1870 a nossos dias. In: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (21 a 27 de junho de 1954). São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 275-297.
- ____. Apresentação. In: RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957a (Textos brasileiros de economia, 2), pp. 7-14.
- ____. Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo; projeto a uma Sociologia Nacional: In _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957b, pp. 75-170.
- ____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957c.
- ____. *A redução sociológica; introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- ____. Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, nº 18, 1958b, pp. 48-59.
- ____. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- ____. *A crise do poder no Brasil; problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- ____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- ____. *Administração e estratégia do desenvolvimento; elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- ____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, nº 2, 2º sem. 1967, pp. 7-44.
- ____. Latent functions of formalism in Brazil. *Sociology and social research* nº 1, v. 56, out./1971, pp. 62-82.
- ____. A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, nº 3, v. 7, jul./set. 1973, pp. 5-17.
- ____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília:

- UNB/Câmara dos Deputados, 1979 (Biblioteca do pensamento político republicano), pp. 39-69.
- _____. Minha dívida a Lorde Keynes. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 16, nº 2, abr./jun. 1982, pp. 91-95.
- _____. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In VÁRIOS. *A revolução de 30; seminário internacional*. Rio de Janeiro-Brasília, CPDOC/FGV-UnB, 1983a, pp. 527-48 (Temas brasileiros).
- _____. *Administração e contexto brasileiro; esboço de uma teoria geral da administração*. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 1983b.
- _____. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, nº 2, v. 18, abr./jun. 1984, pp. 3-12.
- _____. Curtição ou reinvenção do Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, jan./mar. 1986, pp. 3-4.
- _____. *A nova ciência das organizações; uma reconceituação da riqueza das nações*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- _____. Entrevista. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995a, pp. 130-83.
- _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995b.
- _____. *A redução sociológica*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957 (Textos brasileiros de economia, 2).
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, FGV, 17 (1) jan./mar. 1983a (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, FGV, 17, (2), abr./jun. 1983b (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).
- RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972 (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 21).
- RICOEUR, PAUL. A fenomenologia: In: PICON, Gaetano (org.). *Panorama das Idéias Contemporâneas*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, [s.d.], pp. 53-62.

- RILKE, Rainer Maria. *Sonetos a Orfeu & Elegias de Duino*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890 – 1933*. São Paulo: Edusp, 2000 (Clássicos, 19).
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais; interpretação histórico-política*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970 (Retratos do Brasil, 73).
- _____. *Conciliação e reforma ano Brasil; um desafio histórico cultural*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982 (Logos).
- ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, [s.d].
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, pp. 19-29.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978 (História e sociedade).
- _____. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870 – 1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difel, 1960.
- _____. O colonialismo é um sistema: In: *Colonialismo e Neocolonialismo; Situações*, V. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968, p. 21-40.
- _____. *Questão de método*. 4ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: 1979.
- _____. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994.
- SCHELER, Max. *Visão filosófica do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1986 (Debates, 191).
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, org. Helmut R. Wagner.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995); antropologia*. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, Brasília: Capes, 1999, v. I, pp. 267-326.
- SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979 (Biblioteca do pensamento político republicano).

- ___; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: ___. *Ao vencedor as batatas; forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1992, pp. 13-28.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981 (A questão social no Brasil).
- ___. *Reforma e revolução; as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- ___. *Cidadania e história; relações sociais e políticas no Brasil (séculos XIX e XX)*. Tese (Livre-Docência), FCL/Unesp, Araraquara, 1999, digitada.
- ___. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos; os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo, Cortez, 2003, pp. 123-34.
- SILVA, Doris Accioly e & MARRACH, Sonia Alem (orgs.). *Maurício Tragtenberg, uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 2001.
- SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1973 (Brasiliana, 349).
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ___. *Brasil: de Castelo a Tancredo; 1964 - 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, L. A. Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.
- ___. Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 29, nº 2, abril/junho 1995, p. 33-50.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978 (Depoimento, 4).
- ___. Brasil: a luta ideológica. *Temas de Ciências Humanas*, nº 3, 1978, pp. 119-53.
- ___. *História da burguesia brasileira*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1983.
- ___. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

- SOUZA, Márcio Ferreira de. *A construção da concepção de desenvolvimento nacional no pensamento de Guerreiro Ramos*. Dissertação (mestrado em sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000, digitada.
- STEIN, Ernildo. *Seis estudos sobre “Ser e tempo” (Martin Heidegger)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TEOTÔNIO JÚNIOR. Resenha do livro “A redução sociológica” de Guerreiro Ramos. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, nº 19, set./out. 1958, pp. 189-195.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1983 (Tudo é história).
- _____. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 224-56.
- _____. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed., Campinas: Unicamp, 1997 (Pesquisas).
- _____. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil. Teorias. Interpretações, v. III*. Campinas: Unicamp, 1998, pp. 245-274.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional; primeira parte: a Constituição*. 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, Ed. UnB, 1982a (Temas brasileiros, 39).
- _____. *O problema nacional brasileiro; introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, Ed. UnB, 1982b (Temas brasileiros, 38).
- TRAGTENBERG, Maurício. *A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo, 1979
- TROTIGNON, Pierre. *Heidegger*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1982.
- VANNUCHI, Aldo. *Cultura brasileira*. Sorocaba/São Paulo: Universidade de Sorocaba/Loyola, 1999 (O que é, como se faz).
- VIANNA, Luiz Werneck. O moderno na política brasileira. *Presença; revista de política e cultura*. São Paulo, Ed. Caetés, nº 5, jan. 1985, pp. 37-6.
- _____. Introdução; em busca de um marco comparativo. *Dados, revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994, v. 37, nº 3, pp. 357-403.

- _____. *A revolução passiva; iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 4ª ed., Brasília: Editora UnB/São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. *Ensaio de sociologia*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982, orgs. Hans Gerth e C. Wright Mills.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WILLEMS, Emílio. Sociologia “acadêmica” e sociologia “socialista”. *Sociologia*. São Paulo, ELSP, v. IX, nº 4, 1947, pp. 346-9.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- WIRTH, Louis. História da Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948, tomo I, pp. 64-76.

Revistas Pesquisadas

- Anhembi
- Civilização Brasileira
- Dados
- Debate e Crítica
- Estudos CEBRAP
- Estudos Sociais
- Novos Estudos CEBRAP
- Revista de Administração Pública
- Revista Brasileira de Ciências Sociais
- Revista Brasiliense
- Revista do Serviço Público
- Síntese de Cultura e Política
- Sociologia
- Sociology and Social Research (1966 – 1983)
- Temas Ciências Humanas